



## **ACADEMIA MILITAR**

### **A defesa pessoal como forma de potenciar a autoconfiança dos militares da GNR**

**Aspirante GNR - Infantaria Helder Gomes Ferreira**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria António Ramos**  
**Coorientador: Capitão de Infantaria Carlos Covelo**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**  
**Lisboa, julho de 2015**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **A defesa pessoal como forma de potenciar a autoconfiança dos militares da GNR**

**Aspirante GNR - Infantaria Helder Gomes Ferreira**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria António Ramos**  
**Coorientador: Capitão de Infantaria Carlos Covelo**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**  
**Lisboa, julho de 2015**

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais e irmão.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste Trabalho de Investigação não seria possível sem a ajuda e apoio de várias pessoas, não só pela complexidade da investigação e elaboração de um trabalho desta envergadura mas também pela confiança transmitida.

Desta forma, agradeço publicamente:

Ao meu orientador Tenente-Coronel António Ramos, pela disponibilidade na condução deste trabalho em todas as etapas da sua execução;

Ao meu coorientador Capitão Carlos Coveló, pela sua disponibilidade, cooperação e incentivo nas diversas fases em que sempre transmitiu um pouco da sua experiência e conhecimentos para me apoiar;

À Doutora Luísa Mascoli pela generosidade mostrada para ajudar na organização e elaboração da investigação;

Ao Capitão Bruno Ribeiro, prontidão com que me apoiou na distribuição do questionário aos militares subordinados ao seu comando;

A todo o Núcleo de Educação Física e Desportos da Escola da Guarda pela disponibilidade demonstrada para realização da entrevista;

A todos os Guardas e Sargentos do Grupo de Intervenção de Operações Especiais e do Destacamento Territorial de Sintra que responderam ao questionário;

Aos meus pais e irmão que incondicionalmente me apoiaram em tudo o que precisei desde sempre;

Aos meus amigos que sempre se me deram uma palavra de apoio desde que mostrei interesse em ingressar na Guarda Nacional Republicana;

Ao meu amigo e camarada Pedro Antunes pela incondicional prestabilidade demonstrada ao longo destes anos de formação na Academia Militar;

A todos aqueles que de alguma forma me apoiaram ou deram ideias para a realização deste trabalho.

A todos, o meu obrigado.

## **RESUMO**

Nos dias de hoje verificam-se regularmente agressões a agentes da autoridade, o que nos remete para a questão da capacidade dos mesmos agentes atuarem no âmbito da defesa pessoal, ou seja, sem recurso a armamento. Assim sendo, a formação inicial e contínua dos militares da GNR em defesa pessoal tem uma importância relevante no que respeita à atuação neste âmbito. Como objetivo principal deste trabalho, procurou-se verificar qual é a influência da referida formação na perceção de autoconfiança dos militares da Guarda.

Por forma a cumprir o objetivo estabelecido, adotou-se o método hipotético-dedutivo, no qual se elaboram previamente hipóteses como forma de resposta, de seguida elaborou-se uma revisão da literatura de maneira a esclarecer os conceitos que são mais utilizados no trabalho.

Como trabalho de campo, foi elaborado um questionário, o qual foi submetido a militares do Grupo de Intervenção de Operações Especiais e do Comando Territorial de Lisboa como forma de comparar a perceção de autoconfiança no que concerne à possibilidade de atuar no âmbito da defesa pessoal bem como a regularidade com que têm formação nesta área. Ainda foram entrevistadas duas entidades com competência na formação em defesa pessoal, para que com a informação obtida se complementasse os dados obtidos com o questionário.

Conclui-se que os militares da 1ª Companhia de Operações Especiais, se sentem mais confiantes no que respeita à possibilidade de terem de atuar no âmbito da defesa pessoal e que têm mais formação contínua em defesa pessoal do que os militares do Destacamento Territorial de Sintra.

**Palavras-Chave:** GNR; Formação; Defesa Pessoal; Autoconfiança

## **ABSTRACT**

Nowadays, it's common to occur regularly attacks on law enforcement officers, which brings us to the issue of the agent's acting capacity within the self-defense, that is, without the resource of weapons. Therefore, the initial and continuous formation of GNR's officers about self-defense has a great importance for the activities in this area. The main objective of this work is to find what is the influence of such formation in the self-confidence of the officers of the GNR.

In order to meet the goal established, it was adopted the hypothetical-deductive method, in which it is previously elaborated hypotheses as a way to answer. Then, a literature review was elaborated in order to clarify the concepts that are most used in this work.

A questionnaire was also elaborated, which was submitted to elements of the Special Operations Intervention Group and of the Territorial Command of Lisbon in order to compare the perception of self-confidence regarding the possibility of acting within the area of self-defense as well as the regularity with which they have training in this area. Two entities with expertise in training in self-defense were also they were interviewed so that with the information obtained would complement the data obtained from the questionnaire.

It concludes that the military of the 1st Special Operations Company, feel more confident with regard to the possibility of having to act within the area of self-defense and have more training in self-defense than the elements of the Territorial Detachment of Sintra.

**Keywords:** GNR; Formation; Self-Defense; Self-Confidence

## ÍNDICE GERAL

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo .....	iv
Abstract.....	v
Índice Geral .....	vi
Índice de figuras .....	viii
Lista de apêndices.....	x
Lista de Anexos .....	xi
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos .....	xii
Capítulo 1 Introdução .....	1
1.1 Nota Introdutória .....	1
1.2 Enquadramento .....	1
1.3 Justificação do Tema .....	2
1.4 Objetivo Geral .....	2
1.5 Questão Central .....	3
1.6 Objetivos Específicos .....	3
1.7 Questões Derivadas .....	3
1.8 Hipóteses.....	4
1.9 Metodologias e Modelo de Investigação .....	4
1.10Estrutura do Trabalho .....	5
Capitulo 2 Revisão da Literatura .....	6
2.1 Nota Introdutória .....	6
2.2 Guarda Nacional Republicana .....	6
2.3 Formação Profissional .....	8
2.4 Autoconfiança.....	10

2.5 Defesa Pessoal .....	10
2.5.1 Base Legal .....	12
2.5.2 Normas institucionais .....	15
2.6 A Defesa Pessoal na GNR .....	16
Capítulo 3 Trabalho de Campo e Metodologia de Investigação .....	18
3.1 Método .....	18
3.2 Procedimentos, Técnicas e Meios utilizados .....	18
3.3 Local e Data da Recolha de Dados .....	20
3.4 Processo de Amostragem.....	20
3.4.1 Dimensão da Amostra.....	21
3.5 Recolha e Análise de Dados .....	22
3.6 Programas Informáticos Utilizados .....	22
Capítulo 4 Apresentação, Análise e discussão dos resultados .....	23
4.1 Nota Introdutória .....	23
4.2 Caracterização dos Militares Inquiridos da 1ª COE e do DTer de Sintra.....	23
4.3 Análise e Discussão dos Resultados .....	26
4.3.1 Questionário dirigido aos militares .....	27
4.3.2 Entrevistas dirigidas ao NEFD e ao Cmdt. da 1ª COE .....	44
Capítulo 5 Considerações Finais .....	46
5.1 Verificação das hipóteses .....	46
5.2 Resposta às questões derivadas .....	47
5.3 Resposta à questão central .....	48
5.4 Limitações.....	48
5.5 Proposta de investigações futuras .....	49
Bibliografia.....	50
Apêndices .....	1
Anexos.....	1



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo do uso da força .....	15
Figura 2 - Fórmula de cálculo de uma amostra numa população finita .....	21
Gráfico 1 - Género dos inquiridos da 1ª COE .....	23
Gráfico 2 – Género dos inquiridos do DTer Sintra .....	23
Gráfico 3 - Idade dos inquiridos da 1ª COE .....	24
Gráfico 4 - Idade dos inquiridos do DTer de Sintra .....	24
Gráfico 5 - Categoria profissional dos inquiridos da 1ª COE.....	25
Gráfico 6 – Categoria profissional dos inquiridos do DTer de Sintra .....	25
Gráfico 7 – Tempo de serviço dos inquiridos da 1ª COE.....	25
Gráfico 8 – Tempo de serviço dos inquiridos do DTer de Sintra.....	25
Gráfico 9 – Formação ministrada no CFG e CFS (1ª COE).....	27
Gráfico 10 – Formação ministrada no CFG e CFS (DTer de Sintra) .....	28
Gráfico 11 – Formação ministrada no CFG e CFS (Comparação de respostas) .....	28
Gráfico 12 – Regularidade da formação em DP (1ª COE) .....	29
Gráfico 13 – Regularidade da formação em DP (DTer de Sintra) .....	30
Gráfico 14 – Regularidade de formação em DP (Comparação de respostas) .....	31
Gráfico 15 – Importância da formação inicial em DP (1ª COE) .....	32
Gráfico 16 – Importância da formação inicial em DP (DTer de Sintra) .....	32
Gráfico 17 – Importância da formação inicial em DP (Comparação de respostas) .....	33
Gráfico 18 – Importância da formação contínua em DP (1ª COE) .....	34
Gráfico 19 – Importância da formação contínua em DP (DTer de Sintra) .....	35
Gráfico 20 – Importância da formação contínua em DP (Comparação de respostas).....	36
Gráfico 21 – Ocorrências com necessidade de recorrer à DP (1ª COE).....	36
Gráfico 22 – Ocorrências com necessidade de recorrer à DP (DTer de Sintra).....	37
Gráfico 23 – Ocorrências com necessidade de recorrer à DP (Comparação de respostas) .	38
Gráfico 24 – Segurança sentida em caso de necessidade de atuar (1ª COE).....	38
Gráfico 25 – Segurança sentida em caso de necessidade de atuar (DTer de Sintra).....	39
Gráfico 26 – Segurança sentida em caso de necessidade de atuar (Comparação de respostas) .....	40

Gráfico 27 – Aperfeiçoamento do CFG e CFS quanto à DP (1ª COE) .....	41
Gráfico 28 – Aperfeiçoamento do CFG e CFS quanto à DP (DTER de Sintra) .....	41
Gráfico 29 – Aperfeiçoamento do CFG e CFS quanto à DP (Comparação de respostas) ..	42
Gráfico 30 – Aumento da formação contínua em DP (1ª COE).....	43
Gráfico 31 – Aumento da formação contínua em DP (DTER de Sintra) .....	43
Gráfico 32 – Aumento da formação contínua em DP (Comparação de respostas) .....	44
 Tabela 1 - Número de militares da 1ª COE e do DTER de Sintra.....	 14

## **LISTA DE APÊNDICES**

Apêndices .....	1
Apêndice A – Carta de Apresentação .....	2
Apêndice B - Questionário .....	4
Apêndice C – Entrevista ao Núcleo de Educação Física e Desportos .....	8
Apêndice D – Entrevista ao Comandante da 1ª COE – Grupo de Intervenção de Operações Especiais .....	11
Apêndice E – Militares da 1ª COE e do DTer de Sintra.....	144

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexos .....	1
Anexo A - Plano Curricular do Curso de Formação de Guardas 2014/2015 .....	2
Anexo B - Plano Curricular do 36º Curso de Formação de Sargentos .....	4

## **LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS**

AM – Academia Militar  
CFG – Curso de Formação de Guardas  
CFO – Curso de Formação de Oficiais  
Cfr. – Conferir  
CFS – Curso de Formação de Sargentos  
CIME – Comissão Interministerial para o Emprego  
Cmdt. – Comandante  
COE – Companhia de Operações Especiais  
CP – Código Penal  
CRP – Constituição da República Portuguesa  
DP – Defesa Pessoal  
DTer – Destacamento Territorial  
EG – Escola da Guarda  
GIOE – Grupo de Intervenção de Operações Especiais  
GNR – Guarda Nacional Republicana  
MDP – Manual de Defesa Pessoal  
MOP – Manual de Ordem Pública  
SIC – Secção de Investigação Criminal  
TIA – Trabalho de Investigação Aplicada  
UAF – Unidade de Ação Fiscal  
UCC – Unidade de Controlo Costeiro  
UI – Unidade de Intervenção  
UNT – Unidade Nacional de Trânsito  
USHE – Unidade de Segurança e Honras de Estado

# **CAPÍTULO 1**

## **INTRODUÇÃO**

### **1.1 Nota Introdutória**

No âmbito de a Academia Militar (AM) ser um estabelecimento de ensino superior público universitário militar, o qual se rege atualmente pelo processo de Bolonha, e decorrente da estrutura curricular do Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Guarda Nacional Republicana (GNR) surge o presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA).

Este trabalho tem uma grande importância para o desenvolvimento das capacidades de investigação e redação dos alunos da AM e contribui também, de certa forma, para o desenvolvimento da cultura institucional da Guarda.

A GNR tem como responsabilidade dotar os seus militares de conhecimentos e ferramentas para o cabal cumprimento da sua missão geral, desta forma cabe à instituição promover a formação em defesa pessoal (DP) de forma eficaz e eficiente tendo em conta que o uso da força é uma constante possibilidade no cumprimento das mais diversas missões específicas.

O presente capítulo inicia com um enquadramento teórico acerca da temática a abordar, de seguida apresenta-se a fundamentação e justificação do tema escolhido, expondo os objetivos do trabalho, bem como a questão central, questões derivadas e as respetivas hipóteses. No final apresentar-se-á a metodologia adotada para a elaboração deste trabalho e também a estrutura do trabalho.

### **1.2 Enquadramento**

Nos dias de hoje é comum um cidadão ter conhecimentos na área da defesa pessoal ou de desportos de combate ou ainda de artes marciais. Tendo em conta este pressuposto, e o facto de que existem patamares de uso da força definidos doutrinariamente pela GNR, consideramos que é necessário que os militares da Guarda tenham também conhecimentos e saibam fazer uso da defesa pessoal da melhor forma possível. Não só pelo facto de que evita-se recorrer a meios mais letais, que são mais suscetíveis de causar danos no

adversário mas também porque um bom emprego da defesa pessoal pode evitar uma escalada da violência.

Por forma a conseguirmos atingir os objetivos deste trabalho e com o intuito de se ter uma melhor perceção da realidade ao nível da formação em DP, torna-se necessário recorrer a entrevistas dirigidas a entidades singulares e coletivas que representem um papel importante na temática da defesa pessoal da GNR. Também o recurso a um questionário, dirigido a Guardas e Sargentos, servirá para que possamos entender, como se sentem os principais destinatários da formação em DP, no que concerne à possibilidade ou efetividade de atuação neste âmbito na sua atividade profissional.

### **1.3 Justificação do Tema**

Esta investigação servirá para perceber se a formação em defesa pessoal ministrada aos militares da GNR é suficiente para promover a autoconfiança nos mesmos, bem como para saber se é necessário aprimorar esta formação.

Propõe-se um estudo capaz de contextualizar a situação atual do efetivo da GNR, comparando duas subunidades que, provavelmente, são diferentes ao nível de formação em defesa pessoal. Uma delas, o Grupo de Intervenção de Operações Especiais (GIOE), particularmente a 1ª Companhia de Operações Especiais (COE), que pela sua missão exige provavelmente muita formação inicial e contínua. A outra subunidade, o Destacamento Territorial de Sintra, que tendo em conta a sua missão e organização tem características bastante diferentes da primeira.

### **1.4 Objetivo Geral**

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a influência da formação em defesa pessoal na GNR na perceção de autoconfiança dos militares.

## 1.5 Questão Central

Neste estudo pretende-se verificar se existe influência no facto de haver ou não formação em defesa pessoal na atividade operacional dos militares da GNR.

Sendo assim a **Questão Central (QC)** com que nos deparamos é: “Qual a influência da formação em defesa pessoal na perceção de autoconfiança dos militares?”

## 1.6 Objetivos Específicos

Decorrentes do objetivo geral surgem os objetivos específicos tais como:

**OE1:** Perceber se os militares da GNR sentem-se seguros quanto à possibilidade de atuarem no âmbito da defesa pessoal;

**OE2:** Perceber se os militares consideram que a formação inicial em DP é suficiente;

**OE3:** Perceber se existe formação contínua ou apenas formação inicial;

**OE4:** Perceber se os militares ambicionam ter mais formação em DP para além da que têm ou tiveram.

## 1.7 Questões Derivadas

No prosseguimento da questão central decorrem as seguintes questões derivadas que irão apoiar o estudo da temática em causa:

**QD1:** Os militares da GNR sentem-se seguros quanto à possibilidade de atuarem no âmbito da defesa pessoal?

**QD2:** Existe formação contínua no âmbito da defesa pessoal?

**QD3:** Os militares da GNR consideram que a formação inicial em defesa pessoal devia ser melhorada?

**QD4:** Os militares da GNR consideram que seria benéfico haver mais formação contínua em defesa pessoal?



## 1.8 Hipóteses

Tendo em conta as questões derivadas referidas anteriormente, surgem então as seguintes hipóteses:

**H1:** A maioria dos militares do Destacamento Territorial (DTER) de Sintra considera que se sentem pouco seguros quanto à possibilidade de terem de atuar no âmbito da defesa pessoal, enquanto que os militares da 1ª COE sentem-se suficientemente seguros;

**H2:** Tendo em conta as duas subunidades em estudo, apenas existe formação contínua na subunidade especializada em intervenção policial, o GIOE;

**H3:** A maioria dos militares do DTER de Sintra e da 1ª COE considera que a formação inicial em defesa pessoal deveria ser melhorada.

**H4:** A maioria dos militares em estudo considera que seria benéfico haver um aumento de formação contínua em defesa pessoal.

## 1.9 Metodologias e Modelo de Investigação

A metodologia adotada decorre dos objetivos do projeto do Trabalho de Investigação Aplicada, que irá corresponder à adoção de procedimentos específicos e característicos da metodologia científica, para este tipo de estudo exploratório, bem como, na criação de instrumentos adequados para a recolha e tratamento da informação considerada pertinente.

Favorecer-se-á a metodologia quantitativa à qualitativa, recorrendo à análise estatística de dados recolhidos através da técnica do questionário, com recurso às novas tecnologias, visto ser um meio privilegiado de recolha indireta de informações relativas a um conjunto de elementos, traduzidos em variáveis. A amostra será por conveniência e não probabilística, composta por militares da classe de Guardas e Sargentos do Grupo de Intervenção de Operações Especiais e do Comando Territorial de Sintra, nomeadamente da 1ª Companhia de Operações Especiais e do Destacamento Territorial de Sintra, respetivamente.

Também se efetuarão entrevistas a personalidades com relevância no âmbito da defesa pessoal, na Guarda Nacional Republicana, com vista a complementar a informação obtida através do questionário submetido aos militares.

### **1.10 Estrutura do Trabalho**

O presente Trabalho de Investigação Aplicada é composto por 5 capítulos.

No capítulo 1 é feita a introdução ao trabalho, apresentando o tema do trabalho, a questão central, as questões derivadas, respetivas hipóteses e metodologia, por forma a contextualizar-se todo o trabalho.

No capítulo 2 é apresentada a revisão da literatura, onde se abordam os conceitos em análise.

No capítulo 3 é elaborado o trabalho de campo e metodologia de investigação, no qual se explanará o método de abordagem, técnicas, procedimentos, amostragem, materiais e instrumentos utilizados.

No capítulo 4 será feita a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos.

No capítulo 5 iremos fazer a verificação das hipóteses, responder às questões derivadas e questão central, bem como elencar as limitações da investigação e propor investigações futuras.

## **Capítulo 2**

### **Revisão da Literatura**

#### **2.1 Nota Introdutória**

Tendo em conta o tema do presente trabalho torna-se relevante analisar os principais conceitos que se interligam com o mesmo, como por exemplo: “formação”, “formação inicial”, “formação contínua”, “defesa pessoal” e “autoconfiança”.

Desta forma, este capítulo de revisão da literatura, procura clarificar os conceitos referidos, bem como, contextualizar todo o trabalho de investigação para que melhor se entenda qualquer aspeto referido no mesmo.

#### **2.2 Guarda Nacional Republicana**

A GNR é uma instituição com mais de 100 anos de história, tendo sido criada por Decreto a 3 de maio de 1911. Esta instituição é definida com sendo “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa”, segundo o que está escrito no n.º 1 do artigo 1º da Lei nº63/2007 de 6 de novembro – Lei Orgânica da GNR.

Já segundo o n.º 2 do mesmo artigo é definida a missão da Guarda, “no âmbito dos sistemas de nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.” Detalhando um pouco mais a missão da Guarda, e debruçando-nos agora sobre o Regulamento Geral do Serviço da GNR, nomeadamente o artigo 6º n.º 1, encontramos as seguintes áreas: policial, de segurança e ordem pública, de fiscalização e regulação da circulação rodoviária, de fiscalização no âmbito fiscal e aduaneiro, de controlo costeiro, de investigação criminal, tributária, fiscal e aduaneira, de proteção e socorro, honorífica e de representação e militar. “A Guarda tem capacidades para cumprir todas as missões de segurança e outras operações militares que não o combate de média ou alta intensidade “ (Branco, 2010, p. 49). Assim

sendo, temos para nós de que o tema do trabalho vai de encontro especialmente às áreas policial e de segurança e ordem pública.

Quanto à organização da instituição, encontramos ainda na Lei Orgânica da GNR no artigo 22º nº1 as unidades constituintes da mesma, “a) O Comando-Geral; b) Territoriais, os comandos territoriais; c) Especializadas, a Unidade de Controlo Costeiro (UCC), a Unidade de Ação Fiscal (UAF) e a Unidade Nacional de Trânsito (UNT); d) De representação, a Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE); e) De intervenção e reserva, a Unidade de Intervenção (UI).” Já no n.º 3 do mesmo artigo é referida a Escola da Guarda (EG) como sendo o “estabelecimento de ensino da Guarda”. De todas as unidades existentes, importa referir neste trabalho, por serem objeto de estudo no mesmo, as Territoriais, nomeadamente o Comando Territorial de Lisboa através do seu Destacamento Territorial de Sintra, e a Unidade de Intervenção, através do Grupo de Intervenção de Operações Especiais, em particular a 1ª COE.

Quanto às Unidades Territoriais, é referido no n.º 1 do artigo 37º da LOGNR que “o comando territorial é responsável pelo cumprimento da missão da Guarda na área de responsabilidade que lhe for atribuída, na dependência direta do comandante-geral”. Por forma a perceber o enquadramento dos destacamentos territoriais, nomeadamente o Destacamento em estudo neste trabalho, é necessário recorrer ao artigo 38º e 39º que referem respetivamente que “os comandos territoriais articulam-se em comando, serviços e subunidades operacionais” e “as subunidades operacionais dos comandos territoriais são os destacamentos, que se articulam localmente em subdestacamentos ou postos”.

Já no que importa à Unidade de Intervenção, no artigo 44º da LOGNR é referido que “a UI é uma unidade da Guarda especialmente vocacionada para missões de manutenção da ordem pública, resolução e gestão de incidentes críticos, intervenção tática em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança de instalações sensíveis e de grandes eventos, inativação de explosivos, proteção e socorro e aprontamento e projeção de forças para missões internacionais”. Por forma a enquadrar o GIOE nesta unidade, encontra-se explícito no n.º 2 do artigo anterior, o seguinte: “a UI articula-se em subunidades de ordem pública, de operações especiais, de proteção e socorro e de cinotecnia.”

Ainda dentro das unidades da Guarda importa também referir o estabelecimento de ensino, a Escola da Guarda (EG), que neste estudo tem grande importância uma vez que é “uma unidade especialmente vocacionada para a formação moral, cultural, física, militar e técnico-profissional, dos militares da Guarda e ainda para a atualização, especialização e

valorização dos seus conhecimentos”, tal como é referido no artigo 45º n.º 1 da LOGNR, e desta forma desempenha um papel importante na temática da formação em defesa pessoal dos militares da GNR.

### 2.3 Formação Profissional

O conceito de formação pode ser definido como o “ato ou efeito de formar ou de se formar”, isto segundo o que é referido no Dicionário Priberam de Língua Portuguesa *online*.

Ainda sobre o conceito de formação, a Comissão Interministerial para o Emprego (CIME), define o mesmo, no documento Terminologia de Formação Profissional – Alguns Conceitos de Base – III, como sendo o “conjunto de atividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias duma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo de atividade económica” (CIME, 2001). O conceito de formação inicial é definido como sendo a “formação que visa a aquisição de capacidades indispensáveis para poder iniciar o exercício duma profissão. É o primeiro programa completo de formação que habilita ao desempenho das tarefas que constituem uma função ou profissão.” (CIME, 2001). No que diz respeito ao conceito de formação contínua é entendido pela CIME como sendo a “formação que engloba todos os processos formativos organizados e institucionalizados subsequentes à formação profissional inicial com vista a permitir uma adaptação às transformações tecnológicas e técnicas, favorecer a promoção social dos indivíduos, bem como permitir a sua contribuição para o desenvolvimento cultural, económico e social” (CIME apud Ferrão, 2013).

Também ao nível da Guarda Nacional Republicana existem definições adotadas que importam referir no âmbito deste trabalho. Especificamente, estão definidos pela Guarda os conceitos de formação, formação base, formação contínua e sistema de formação, os quais se encontram explanados no documento Bases Gerais de Formação da GNR (PDGNR 3-00, 2008) e no Glossário de Formação, de Educação, de Treino e de Doutrina (PGGNR 3-01, 2008).

Segundo o Glossário (PGGNR 3-01, 2008) referido, formação é o “processo global através do qual aos formandos (alunos) são proporcionados os meios necessários à aquisição de conhecimentos, aptidões, normas de procedimentos e formas de

comportamento exigidos para o exercício das funções próprias de uma atividade profissional”. O mesmo glossário ainda refere que “a formação engloba a formação técnico profissional, a educação e o treino”.

Sobre o conceito de formação de base, o mesmo glossário refere que é a “modalidade de ensino que consiste na formação elementar inerente aos requisitos considerados mínimos para o acesso a qualquer cargo da GNR, no respetivo nível de admissão”. Relembrando o conceito de formação inicial, definido pelo CIME (2001), podemos afirmar que esse vai de encontro ao conceito de formação de base adotado pelo glossário da GNR. Considerando apenas a formação inicial, na GNR são ministrados três cursos de formação, nomeadamente o Curso de Formação de Guardas (CFG), Curso de Formação de Sargentos (CFS) e Curso de Formação de Oficiais (CFO), tal como se pode encontrar explícito no Glossário (PGGNR 3-01, 2008, p. 74). Quanto ao CFO, a EG apenas ministra o último ano do curso, chamado de tirocínio para Oficiais. Tal como já foi referido no Capítulo 1 deste trabalho, apenas serão tidos em conta o Curso de Formação de Guardas e o Curso de Formação de Sargentos.

O conceito de formação contínua é definido como sendo o  
...conjunto de processos formativos organizados e institucionalizados subsequentes  
à formação inicial com vista a permitir uma adaptação às transformações  
tecnológicas e técnicas, favorecer a promoção social dos indivíduos, bem como  
permitir a sua contribuição para o desenvolvimento cultural, económico e social.  
(PGGNR 3-01, 2008).

Quanto ao conceito de sistema de formação, este é classificado pelo documento Bases Gerais de Formação da GNR (PDGNR 3-00, 2008) como sendo um “conjunto estruturado de atividades, princípios, mecanismos, de coordenação, regras e normas que estabelece e regula o desenvolvimento do processo formativo, educacional e de treino dos militares da GNR”.

## 2.4 Autoconfiança

Torna-se agora necessário esclarecer o significado do conceito de autoconfiança, por forma a melhor entender a correlação existente entre este e os conhecimentos obtidos por cada militar na formação em defesa pessoal.

O termo autoconfiança refere-se a um sentimento, e segundo a conceção moderna da psicologia, os sentimentos não são entidades mentais e abstratas mas sim manifestações corporais, concretas, do organismo. Neste sentido, não há sentimentos sem uma manifestação corporal correspondente (Guilhardi, 2002).

Guilhardi (2002) refere que uma pessoa com sentimento de autoconfiança é “segura” e “confiante”, “tem iniciativa”. O que nos leva a pensar que um militar da GNR que tenha um forte sentimento de autoconfiança sentir-se-á mais seguro na sua atuação, em especial, no que concerne à defesa pessoal. Seguindo a linha de pensamento, o facto de o sentimento de segurança estar associado aos comportamentos bem-sucedidos, tal como refere o autor, se um militar for bem-sucedido numa situação de recurso a técnicas de defesa pessoal, o seu sentimento de autoconfiança será maior numa situação posterior.

O conceito de autoconfiança também é definido por Machado (2006, apud Lavoura & Machado, 2006) como sendo “uma crença geral do indivíduo, que pode realizar com sucesso uma atividade.” Tendo em conta esta afirmação e o facto de Costa (2006, p. 61) explicitar que “A aprendizagem da defesa pessoal e sua prática é recomendada por médicos (...) como fator de desenvolvimento, atuando como efeito de psicomotricidade, autoconfiança e total controlo de si.”. Podemos relacionar as duas afirmações, culminando no facto de que a prática e treino da defesa pessoal contribuem para o aumento da autoconfiança no que diz respeito às atividades que envolvem a utilização da própria defesa pessoal.

## 2.5 Defesa Pessoal

O conceito de Defesa Pessoal pode ter várias definições, no entanto, segundo o Dicionário Priberam de Língua Portuguesa *online*, a palavra defesa é “o ato ou efeito de defender ou defender-se”, sendo que defender significa “repelir, evitar ou proteger” já a palavra pessoal significa “que é próprio de cada pessoa”. Assim sendo, e como refere

Ferrão (2013), podemos abordar o conceito de DP “como sendo o ato de repelir ou evitar um ataque contra uma pessoa”.

Costa (2006, p. 60) afirma que a defesa pessoal “consiste em prevenir a agressão e controlar o (s) agressor (s), valendo-se de métodos e ferramentas estudadas, sem violência e sem força excessiva.” O mesmo autor resume o conceito de defesa pessoal da seguinte forma:

Uma maneira de se definir o que é realmente a defesa pessoal é explicar o que ela não é. Saber se defender, certamente, não é a capacidade de lutar, não é vingar-se, não é uma arte, não é um desporto, não é uma cena de luta de um filme. Defesa pessoal é treinar e aprender a usar apropriadas formas e ações físicas, se não existe outra forma mais prática e eficiente à disposição. (Costa, 2006, p. 114).

Já numa abordagem institucional, a defesa pessoal pode ser definida como o conjunto de “técnicas que não preveem o recurso a qualquer tipo de objeto ou arma, exigindo formação e preparação dos militares, ao nível de técnicas de defesa, condução, controlo e imobilização” (Manual de Ordem Pública - GNR). Também o Manual de Defesa Pessoal (2013) da EG define a defesa pessoal como sendo a defesa a uma reação violenta, justificada pela necessidade de uma pessoa se proteger de uma agressão ou de proteger outrem.

O termo defesa pessoal é derivado de artes marciais ditas “tradicionais” e de desportos de combate, que por sua vez são adaptadas e ajustadas a pessoas com necessidades específicas (militar, policial, civil), com a finalidade de defenderem a sua própria vida ou de terceiros. (Manual de Defesa Pessoal – GNR, 2013, p. 9).

O Núcleo de Educação Física e Desportos (NEFD) da EG é responsável, por ministrar aulas de Luta e Defesa Pessoal (LDP) aos Cursos ministrados nesta unidade e cursos de especialização em LDP, quando autorizados, ao dispositivo. Segundo o Manual de Defesa Pessoal da GNR, constata-se que, oficialmente, a formação ministrada na GNR aos diversos cursos, através do NEFD da EG, não se mostra suficiente nem acompanha a evolução marginal da sociedade civil, no que às técnicas e ferramentas de defesa pessoal diz respeito.



Verifica-se no dispositivo, que cada militar, individualmente ou por subunidade, procura e/ou sente necessidade de adquirir novos conhecimentos/técnicas que lhe permita ser capaz de preservar a sua integridade física e dos cidadãos, quer no desempenho da sua missão quer no seu dia a dia, recorrendo muitas vezes a entidades exteriores à GNR ou, ao nível da subunidade, com aproveitamento interno de quem possua alguma especialização em artes marciais. (Manual de Defesa Pessoal – GNR, 2013, p. 9).

Resumindo, e de acordo com Costa (2006, p. 49), a defesa pessoal tem como objetivo último “limitar o uso da força e de armas de fogo”.

### **2.5.1 Base Legal**

Por forma a perceber melhor o enquadramento legal da atuação dos militares da Guarda no âmbito do uso da força, e tendo em conta que a Constituição da República Portuguesa (CRP) é a base legal de todos os diplomas legais produzidos neste Estado, importa fazer referência, inicialmente à legislação constitucional. Especificando, o artigo 25º n.º 1 da CRP (Direito à integridade pessoal) refere que “ a integridade física e moral das pessoas é inviolável.

Já decorrente do Código Penal (CP), surge também o artigo 32º (Legítima Defesa) que menciona que “constitui legítima defesa o facto praticado como meio necessário para repelir a agressão atual e ilícita de interesses juridicamente protegidos do agente ou de terceiros”, bem como o artigo 33º (Excesso de Legítima Defesa) n.º 1 que refere que “se houver excesso dos meios empregados em legítima defesa, o facto é ilícito (...)”.

Tendo em conta não só os artigos já referidos mas também o Código Deontológico do Serviço Policial (2002), a atuação dos militares da GNR deve obedecer permanentemente aos princípios da adequação, necessidade e proporcionalidade do uso da força. Este Código “tem como objetivo a promoção da qualidade do serviço policial na tentativa de reforçar a imagem das forças de segurança e paralelamente contribuir para que sejam criadas condições objetivas e subjetivas que no âmbito da ação policial, garantam o pleno exercício dos direitos, liberdades e garantias” (Manual de Ordem Pública – GNR). O

artigo 8º deste mesmo Código refere que, “os membros das forças de segurança usam os meios coercivos adequados (...) só quando estes se mostrem indispensáveis, necessários e suficientes” bem como, devem evitar “recorrer ao uso da força, salvo nos casos expressamente previstos na lei”. Temos para nós de que este artigo serve de salvaguarda para o artigo anterior (Direito à integridade pessoal) uma vez que permite que os agentes da autoridade possam fazer uso da força estritamente necessária nos momentos mais oportunos sem que se infrinja o constante na Constituição da República Portuguesa.

Também o Regulamento Geral do Serviço da GNR (2010), no artigo 7º n.º 5, menciona a “utilização prioritária (...) de meios de diálogo e de persuasão dos cidadãos, de preferência a quaisquer medidas de coação” mas também que o militar da GNR deve na sua atuação demonstrar “firmeza, rapidez e oportunidade na intervenção sempre que esta se revele necessária.”

Assim podemos referir que “a força desregrada gera violência ilegítima, a força organizada, converte-se em coação jurídica...” (Santos, 2002, p. 57).

Sintetizando, “a lei estabelece a possibilidade do recurso aos meios coercivos, especificando, portanto, as condições e circunstâncias em que ela deve ocorrer. Assim, cabe aos agentes policiais terem a capacidade de discernimento suficiente para saber em que momento devem efetuar o uso da força, sem contudo ferir os princípios consagrados na lei, ou seja, “aos agentes policiais cabe ter a mais elevada consciência cívica, contando sempre com as consequências que poderão advir do uso despropositado da força em todas as suas vertentes.” (Santos, 2002, p. 50).

Igualmente de grande importância é também o Manual de Operações da GNR (1996), o qual define vários Princípios da Atividade Operacional, as quais são “normas de ação que devem ser respeitadas na conduta das operações para permitir e facilitar o êxito na prossecução das mesmas” (Manual de Operações GNR, 1996, p. V-1). Assim sendo os princípios que são doutrinariamente considerados são: “Legalidade, Objetivo, Iniciativa, Concentração de Meios, Economia de Forças, Mínima Força, Capacidade de Manobra, Unidade de Comando, Segurança, Surpresa e Simplicidade” (Manual de Operações GNR, 1996, p. V-1).

No que diz respeito ao tema da defesa pessoal na Guarda é necessário discriminar alguns dos onze Princípios da Atividade Operacional, designadamente o Princípio da Legalidade que significa

...que os atos levados a efeito pela Guarda Nacional Republicana, além de terem um fundamento necessário na lei, constituem medidas ou procedimentos individualizados e com conteúdo suficientemente definido na lei. (...) todas as medidas tomadas devem obedecer aos requisitos da necessidade, exigibilidade, adequabilidade, oportunidade e proporcionalidade. (Manual de Operações GNR, 1996, p. V-1).

Este princípio refere mais uma vez, de forma eficaz, a especial ponderação que os militares da Guarda devem ter na sua atuação, uma vez que devem permanentemente respeitar os requisitos também mencionados no Código Deontológico de Serviço Policial concretamente no seu artigo 8º (Adequação, necessidade, e proporcionalidade do uso da força). O autor brasileiro Costa (2006, p. 49), também vai de encontro aos princípios referidos sendo que este refere na sua obra que os princípios essenciais no uso da força são: “legalidade, necessidade e proporcionalidade.”

Além disso, o Princípio do Objetivo afirma que “o objetivo último da atividade operacional da Guarda é garantir a ordem, segurança e a tranquilidade pública, proteger as pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e os atos ilícitos para além das demais atribuições previstas na Lei” (Manual de Operações GNR, 1996, p. V-2).

Quanto ao Princípio da Mínima Força, este tem como classificação, a seguinte:

O emprego da força para restabelecer a Lei e a Ordem, deve ser considerado como uma medida drástica, de último recurso, por forma a sujeitar o adversário ao menor dano físico, material e moral. O militar da Guarda deve defender e respeitar, em todas as circunstâncias, a vida e a integridade física, a moral e a dignidade das pessoas e utiliza preferencialmente a persuasão como método de atuação, só fazendo uso da força em casos de absoluta necessidade. O uso da força deve restringir-se ao mínimo indispensável ao cumprimento da missão. (Manual de Operações GNR, 1996, p. V-3).

### 2.5.2 Normas institucionais

Como forma de auxílio na atuação dos militares da GNR, está definido no Manual de Operações o princípio da mínima força, o qual refere que o emprego da força deverá ser sempre o último recurso. Podemos encontrar no Manual de Ordem Pública (MOP) da GNR um modelo de uso da força, conforme a figura 1, no qual podemos verificar que as técnicas de defesa pessoal estão incluídas. Porém é de constatar que estas técnicas de defesa pessoal apenas devem ser usadas, segundo este modelo, após as fases da presença uniformizada e do contacto verbal se terem esgotado. Ou seja, apenas quando as primeiras duas fases são postas em prática e não têm sucesso, se pode recorrer ao contacto físico, nomeadamente, às técnicas de defesa pessoal.



**Figura 1 - Modelo do uso da força**

Fonte: Manual de Ordem Pública - GNR

Segundo este manual, a partir do terceiro patamar do uso da força (utilização de técnicas de defesa pessoal) existem implicações para a integridade física dos envolvidos e

deve existir uma maior preocupação de ser utilizada a força necessária adequada e proporcional. Também este manual refere a importância da autoconfiança dos militares da GNR, uma vez que esta é influenciada pelo conhecimento das técnicas de defesa e imobilização. Isto porque, sempre que um adversário mostre alguma resistência é necessário que haja um correto conhecimento das mesmas técnicas “por forma a tirar rendimento das mesmas” tal como refere o MOP da GNR.

É ainda estabelecido pelo Manual de Defesa Pessoal (MDP) da EG (2013) que “o objetivo dos Patamares do Uso da Força não é restringir a atuação dos militares da GNR, mas sim, definir procedimentos de atuação adequados a cada situação”.

Na obra de Costa (2006, p. 50), este entende que existem “opções de uso da força” sendo estas: “presença; engajamento tático; isolamento e contenção; munições químicas / armas não letais / gás; defesa pessoal leve; defesa pessoal enérgica; armas de impacto / (contundentes); armas de fogo / armas letais.” (Costa, 2006, p. 50). Ainda que não possamos estabelecer uma ligação direta com os patamares do uso da força definidos como doutrina, pelo MOP da GNR, entendemos que também na obra de Costa (2006) existem patamares, chamados de “opções”, que estabelecem uma progressividade do uso da força, identicamente ao que acontece na doutrina da GNR.

De acordo com Alves (2011):

A força pública encontra-se manietada por diretivas que a impedem de ser violenta, isto é de usar a força”. Porém, e em jeito de súmula, “o papel da polícia é tratar de qualquer espécie de problemas humanos quando, e na medida em que, a solução necessita ou pode necessitar do uso da força, no lugar e no momento em que eles surjam. (Alves, 2008, p. 39).

## **2.6 A Defesa Pessoal na GNR**

Como já foi referido anteriormente, a EG, através do Núcleo de Educação Física e Desporto (NEFD), é responsável pela formação em Luta e Defesa Pessoal, no que concerne aos cursos ministrados nesta Unidade. Porém é ainda relevante o facto de que a UI, contando com as suas subunidades, ministra formação na área da defesa pessoal de forma independente da EG. Assim sendo, não existe uniformidade na mesma formação

quando comparamos as subunidades da UI com as Unidades Territoriais situadas pelo país. Porém, compreendemos que pelo facto de a Unidade de Intervenção ter missões de carácter diferente das missões das Unidades Territoriais, seja necessário haver diferença também na formação levada a cabo nestas distintas Unidades da Guarda Nacional Republicana.

Costa (2006, p. 48) refere que é recomendável que os governos se assegurem que todos os agentes da autoridade “recebam uma formação profissional contínua e meticulosa e que sejam submetidos a verificações periódicas da sua aptidão para o desempenho de suas funções” e “sejam treinados e examinados de acordo com padrões adequados de competência para uso da força...”.

Quanto aos cursos de formação inicial, nomeadamente CFG e CFS, é possível verificar através das estruturas curriculares dos mesmos cursos (ver anexos A e B, respetivamente) que existe formação prevista e planeada no âmbito da defesa pessoal.

## **CAPÍTULO 3**

### **TRABALHO DE CAMPO E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

#### **3.1 Método**

Para que se entenda qual foi o método de abordagem que utilizámos neste trabalho de investigação, importa primeiramente definir o conceito de metodologia científica, que segundo Sarmiento (2013, p. 4), “significa o estudo do método aplicado à ciência”. O mesmo autor refere ainda que “consoante a área da ciência que se estuda, há objetos distintos e consequentemente procedimentos diferentes.”

Já o conceito de método científico é classificado como sendo “um conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento. Este conhecimento pode ser completamente novo ou ser o desenvolvimento, a reunião ou o melhoramento de um ou vários conhecimentos já existentes.” Assim, como método de abordagem mais adequado a dar cumprimento aos objetivos definidos no Capítulo 1 e após se ter elaborado uma revisão da literatura inicial, utilizámos o método inquisitivo que “é baseado no interrogatório escrito ou oral” bem como o método hipotético-dedutivo, que se baseia “na formulação de hipóteses ou conjeturas, que melhor relacionam os fenómenos. As hipóteses são testadas, de modo a confirmar quais são as válidas, ou seja, aquelas em que não há razões para refutar as hipóteses” (Sarmiento, 2013, pp. 7-9).

#### **3.2 Procedimentos, Técnicas e Meios utilizados**

Na elaboração deste trabalho foi utilizada informação qualitativa (subjéctiva), nomeadamente os dados que foram obtidos através do questionário submetido aos militares da Guarda, bem como no que diz respeito às duas entrevistas elaboradas, uma individual e outra colectiva, as quais foram submetidas a entidades que têm relevância na formação em defesa pessoal (Sarmiento, 2013). Assim, foi realizada uma investigação através da técnica

de questionário<sup>1</sup>. Porém, de modo a complementar a informação obtida com o questionário, foram também realizadas entrevistas no âmbito da investigação qualitativa (Hill & Hill, 2009).

A diferença entre entrevista e questionário prende-se no facto de que uma entrevista é “um conjunto de perguntas (designado por guião), que são respondidas necessariamente por via oral”, enquanto que um questionário é “um conjunto de perguntas (...) que são respondidas obrigatoriamente por escrito” (Sarmento, 2013, p. 30).

No que diz respeito à classificação quanto ao número de sujeitos das entrevistas realizadas, uma delas é classificada como sendo uma entrevista individual<sup>2</sup>, a qual se dirige apenas a uma pessoa, enquanto que a outra é classificada como sendo uma entrevista grupal<sup>3</sup>, uma vez que é dirigida a várias participantes (Sarmento, 2013).

Quanto ao questionário, primeiramente foi efetuado um pré-teste a 10 militares, por forma a verificar se as respostas dos inquiridos eram divergentes ou não, ou seja se o questionário era bem entendido pelos inquiridos. Este questionário foi dividido em quatro partes, com o total de onze questões de resposta fechada, escolhida a partir de um conjunto de respostas alternativas (Hill & Hill, 2009). Em todo o questionário foram apenas utilizadas questões fechadas nas quais “as hipóteses de respostas são pré-estabelecidas” e o “inquirido assinala a sua opinião, mediante as várias opções que lhe são apresentadas, não emitindo parecer” (Sarmento, 2013, p. 106).

A primeira e a segunda parte são constituídas por questões de resposta fechada, sendo referentes aos Dados Biográficos e aos Dados Profissionais dos inquiridos respetivamente. A terceira parte (Formação em defesa pessoal), é composta por uma questão de resposta única e três questões de resposta com escala, sendo esta escala de Likert. A quarta parte (Necessidade de formação em defesa pessoal), tem um total de 4 questões, sendo três delas de resposta única, e uma delas de resposta com escala, sendo também esta escala de Likert (Sarmento, 2013).

Importa referir que todas as questões do questionário eram de carácter obrigatório, ou seja, não era possível enviar as respostas ao mesmo sem que se respondesse a todas as questões. Assim, na análise do questionário que será feita no capítulo seguinte, Capítulo 4 – Apresentação, Análise e Discussão de Resultados, cada questão irá conter sempre o total de respostas correspondente ao total de inquiridos.

---

<sup>1</sup> Cfr. Apêndice B.

<sup>2</sup> Cfr. Apêndice D.

<sup>3</sup> Cfr. Apêndice C.



Este questionário teve como objetivo recolher dados que dizem respeito aos militares que pela sua função já necessitaram ou podem vir a necessitar de por em prática os conhecimentos adquiridos com a formação em defesa pessoal.

Também com este questionário se pretendeu separar os dados obtidos dos militares do Grupo de Intervenção de Operações Especiais e dos militares do Comando Territorial de Lisboa, nomeadamente da 1ª Companhia de Operações Especiais e do Destacamento Territorial de Sintra, para assim podermos analisar e comparar as semelhanças e diferenças nos mesmos resultados.

### **3.3 Local e Data da Recolha de Dados**

Na sequência do que foi referido anteriormente, foi utilizada a ferramenta do *Google Docs* associada ao correio eletrónico institucional para distribuição do questionário a todos os militares. Este questionário pôde ser respondido no dia 9 de março de 2015 até 29 de junho de 2015, período este em que o mesmo esteve ativo no *Google Docs*.

### **3.4 Processo de Amostragem**

Segundo Thompson (2002, apud Miranda, 2011, pp. 11-12) a “amostragem consiste em selecionar parte de uma população para observar, de modo a que seja possível estimar alguma coisa sobre toda a população.”

Sarmiento (2013, p. 71) classifica o universo ou população como sendo “o conjunto de indivíduos (pessoas, objetos, empresas, equipamentos, entre outros) com uma ou mais características comuns, que se pretende analisar ou inferir”, já o “conjunto de elementos retirados da população, que é representativo e significativo desta população” é classificado pela mesma autora (2013, p. 71) como sendo a amostra.

Revelando-se inviável, o estudo presente neste trabalho, englobar toda a população/universo da GNR, considerou-se como amostra os militares (Guardas e Sargentos) do GIOE e do Destacamento Territorial de Sintra por forma a ser representativo da população, podendo assim afirmar-se que se utilizou uma amostragem por conveniência, fazendo com que “os resultados e as conclusões apenas se aplicam à

amostra, não podendo ser extrapolados com confiança para o universo. Isto porque não há garantia de que a amostra seja razoavelmente representativa do universo” (Hill & Hill, 2000, pp. 49-50). Escolhemos duas subunidades com missões distintas para análise e estudo, uma vez que estas exigem necessidades e posturas diferentes, para assim podermos verificar qual a influência da formação contínua em defesa pessoal na percepção de autoconfiança dos respetivos formandos/militares.

### 3.4.1 Dimensão da Amostra

Sarmiento (2013, p. 91) afirma que, para calcular uma amostra ( $n$ ) aleatória simples, numa população finita ( $N$ ), através da estimativa de uma proporção ( $p$ ), mas garantindo um nível de confiança ( $\lambda$ ) e um nível de erro ( $D$ ), sendo ( $Z_{\alpha/2}$ ) a norma standardizada, deve-se utilizar a fórmula seguinte:

$$n = \frac{p \times (1 - p)}{\frac{D^2}{\left(Z_{\alpha/2}\right)^2} + \frac{p \times (1 - p)}{N}}$$

**Figura 2 - Fórmula de cálculo de uma amostra numa população finita**

Fonte: Sarmiento (2013, p. 91)

O valor da amostra foi calculado tendo em conta os Guardas e Sargentos das populações em estudo tal como representado na tabela do Apêndice D, que no total representam 243 militares, perfazendo assim o valor ( $N$ ). Aplicando a fórmula de cálculo de uma amostra (figura 2), com um grau de confiança de 95,64% e uma amostra de 120 inquiridos obtém-se um nível de erro de 6,45%, fazendo com que, segundo Sarmiento (2013, p. 91), o estudo seja considerado importante.

### 3.5 Recolha e Análise de Dados

Quanto à percentagem de inquiridos de cada subunidade temos a referir que num total de 55 Guardas e Sargentos pertencentes à COE, responderam ao questionário 34 militares (61,8%), sendo que 4 dos militares que responderam (11,7%) são Sargentos. Quanto aos inquiridos pertencentes ao Destacamento Territorial de Sintra, que num total de 188 Guardas e Sargentos, 86 militares (45,7%) responderam ao questionário, sendo que 10 dos militares que responderam (11,7%) pertencem à classe de Sargentos.

Sintetizando, num máximo de 243 possíveis respondentes, pertencentes à amostra escolhida, apenas foi possível recolher 120 (48,9%) respostas ao questionário.

De forma a solicitar autorização para a distribuição de questionário foi enviado um *email* para o Comandante do Destacamento Territorial de Sintra, bem como para o Comandante de Companhia da 1ª COE, com respetiva carta de apresentação e hiperligação de acesso ao questionário. Após isso as referidas entidades, generosamente, procederam à distribuição do questionário via *email* e também reunindo presencialmente os militares para preenchimento do mesmo. Posteriormente, e aquando o número total de respondentes, anteriormente referido, ter enviado o questionário respondido, foi elaborado o tratamento estatístico e análise de conteúdo.

### 3.6 Programas Informáticos Utilizados

Na elaboração deste Trabalho de Investigação Aplicada foram utilizadas diversos materiais e instrumentos informáticos, nomeadamente o *Google Docs*, para elaboração do questionário, o *Microsoft Office 2010*, dentro do qual o *Microsoft Word 2010* e o *Microsoft Excel 2010*. Também foi utilizada a Internet, para a fase da revisão da literatura, e durante todo o período de elaboração do TIA para correspondência via *email* entre orientando, orientador e coordenador.

Para tratamento estatístico dos dados recolhidos com o questionário foi usado o programa informático de tratamento estatístico *SPSS – Statistical Package for the Social Sciences v23.0*, bem como o *Google Docs* e *Microsoft Excel 2010* para elaboração de gráficos ilustrativos dos dados.

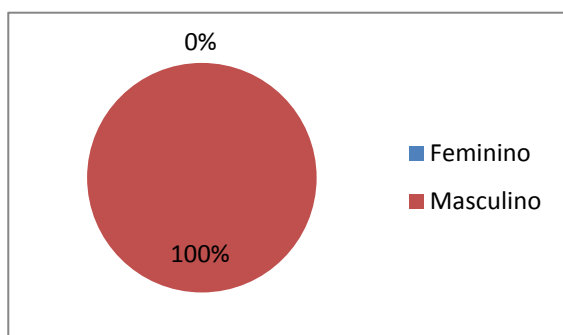
## **CAPÍTULO 4**

### **APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

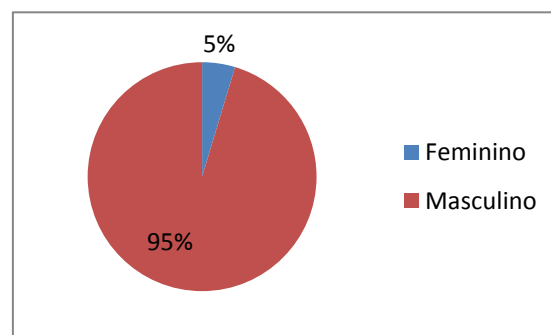
#### **4.1 Nota Introdutória**

Neste capítulo, são expostos os dados recolhidos pelas duas técnicas utilizadas na investigação, nomeadamente o questionário, aplicado aos Guardas e Sargentos da 1ª Companhia de Operações Especiais e do Destacamento Territorial de Sintra, bem como as entrevistas a que foram sujeitos o Comandante da 1ª COE e o NEFD da EG. Os dados obtidos nas entrevistas, tal como já foi referido no capítulo 1, servem apenas de complemento aos dados adquiridos através do questionário, uma vez que as entrevistas não serão alvo de análise aprofundada, devido ao facto de que o propósito deste estudo é analisar as opiniões dos Guardas e Sargentos pertencentes à população em causa. Desta forma a informação obtida nas entrevistas, considerada pertinente será exposta durante este capítulo, após exposição dos dados relativos ao questionário, sendo que as mesmas se encontram transcritas na sua integridade em apêndice ao trabalho.

#### **4.2 Caracterização dos Militares Inquiridos da 1ª COE e do DTer de Sintra**

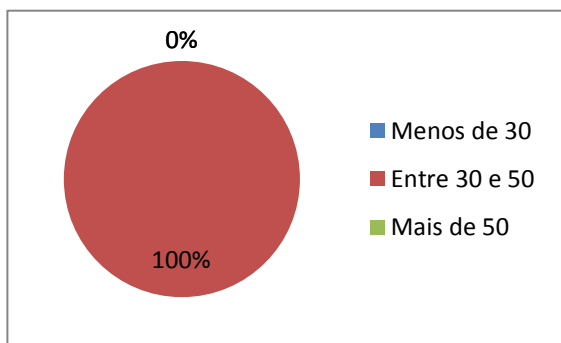


**Gráfico 1 - Género dos inquiridos da 1ª COE**

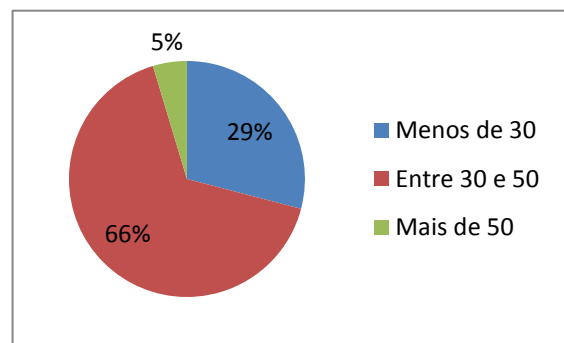


**Gráfico 2 – Género dos inquiridos do DTer Sintra**

Relativamente ao género dos militares que responderam ao questionário, é possível verificar através do gráfico 1, acima exposto, que no que concerne aos respondentes da 1ª COE, não existe nenhum elemento do género feminino, sendo que todos os 34 respondentes são do sexo masculino. Já quanto aos respondentes do DTer de Sintra, pode-se confirmar com o gráfico 2 que dos 86 respondentes, 82 deles (95%) são do género masculino, enquanto que apenas 4 (5%) são do género feminino.

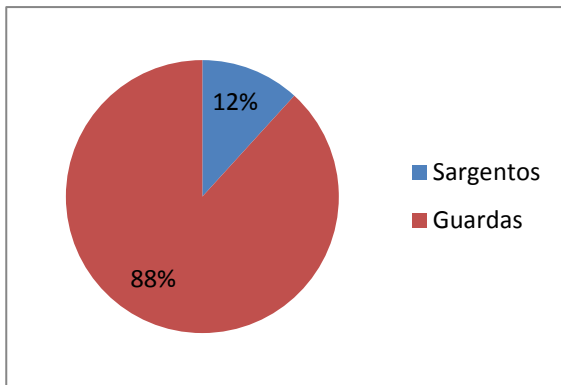


**Gráfico 3 - Idade dos inquiridos da 1ª COE**

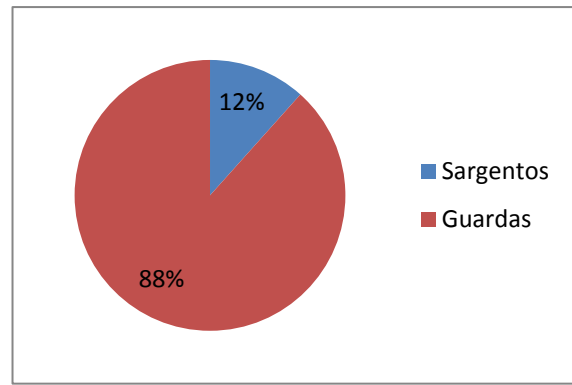


**Gráfico 4 - Idade dos inquiridos do DTer de Sintra**

Atendendo à idade dos militares inquiridos neste estudo é de referir que, tal como se pode ver no gráfico 3, todos os inquiridos da 1ª COE (34 militares) têm idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos. Por outro lado os inquiridos relativos ao DTer de Sintra, dividem-se por 3 intervalos de idades. No primeiro, menos de 30 anos de idade, existem 25 militares (29%), no segundo, entre 30 e 50 anos, responderam 57 militares (66%) e pertencentes ao último intervalo, mais de 50 anos, responderam 4 militares (5%).

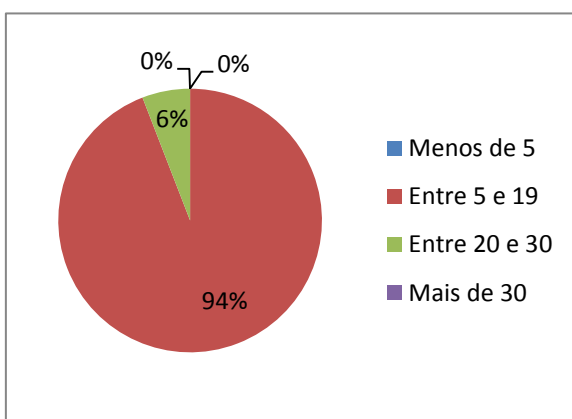


**Gráfico 5 - Categoria profissional dos inquiridos da 1ª COE**

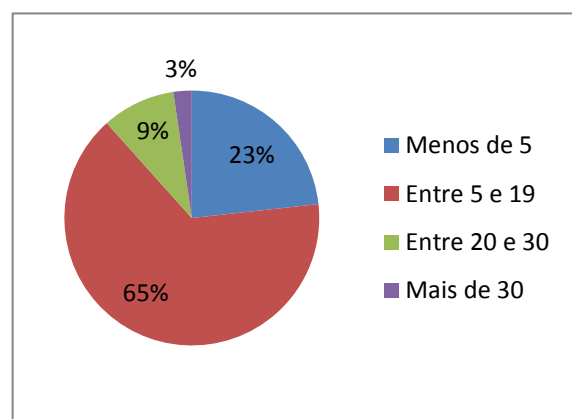


**Gráfico 6 – Categoria profissional dos inquiridos do DTer de Sintra**

Verificando os gráficos relativos às categorias profissionais dos militares inquiridos neste estudo, é possível verificar que as percentagens relativas aos militares respondentes da 1ª COE e do DTer de Sintra são iguais. Assim, 4 militares (12%) dos militares da 1ª COE são Sargentos e 30 militares inquiridos (88%) são Guardas. Quanto ao DTer de Sintra, 10 militares inquiridos (12%) são Sargentos e 76 (88%) são Guardas. Esta semelhança em termos de percentagens relativas às categorias profissionais é única e exclusivamente uma coincidência constatada após se terem recolhido os dados com o questionário.



**Gráfico 7 – Tempo de serviço dos inquiridos da 1ª COE**



**Gráfico 8 – Tempo de serviço dos inquiridos do DTer de Sintra**

Observando os gráficos relativos ao tempo de serviço dos militares inquiridos, podemos verificar que na 1ª COE, nos intervalos de menos de 5 anos e mais de 30 anos, não existe qualquer inquirido, já no intervalo de entre 5 a 19 anos, encontram-se 32 militares (94%) do total de inquiridos, e apenas 2 (6%) no intervalo de entre 20 e 30 anos de serviço. Relativamente ao tempo de serviço dos militares inquiridos do DTer de Sintra podemos ver que 56 dos militares inquiridos (65%) têm entre 5 e 19 anos de serviço, no intervalo de menos de 5 anos encontram-se 20 militares (23%), no intervalo de 20 a 30, existem 8 militares (9%), e por fim, no intervalo de mais de 30 anos de serviço existem 2 militares (3%).

### **4.3 Análise e Discussão dos Resultados**

Neste subcapítulo será feita a análise e discussão dos resultados recolhidos através do questionário submetido à amostra, na qual iremos fazer uma comparação de frequências de respostas entre a 1ª COE e o DTer de Sintra verificando quais as semelhanças e diferenças e concentrações de resposta. Por conseguinte, será exposta a informação mais pertinente obtida através das entrevistas elaboradas, correlacionando-a com os dados obtidos e analisados do questionário. Todos os dados analisados neste capítulo serão também correlacionados com os objetivos do trabalho e com a revisão da literatura presente no Capítulo 2 do trabalho.

#### 4.3.1 Questionário dirigido aos militares

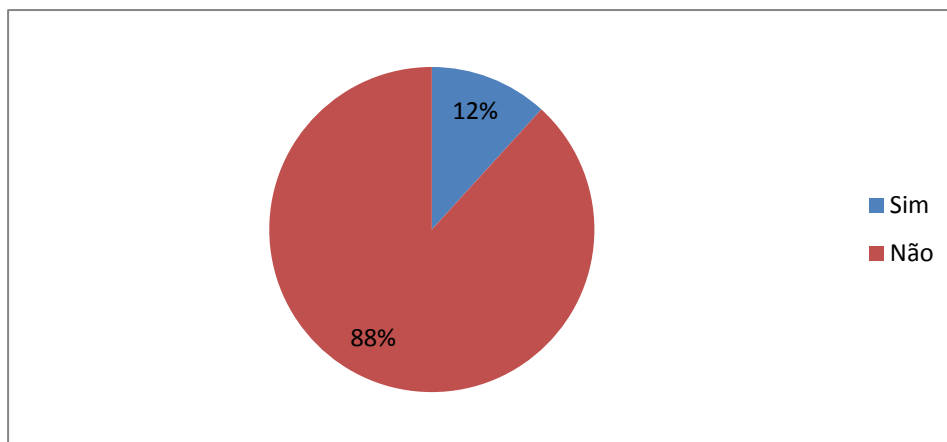
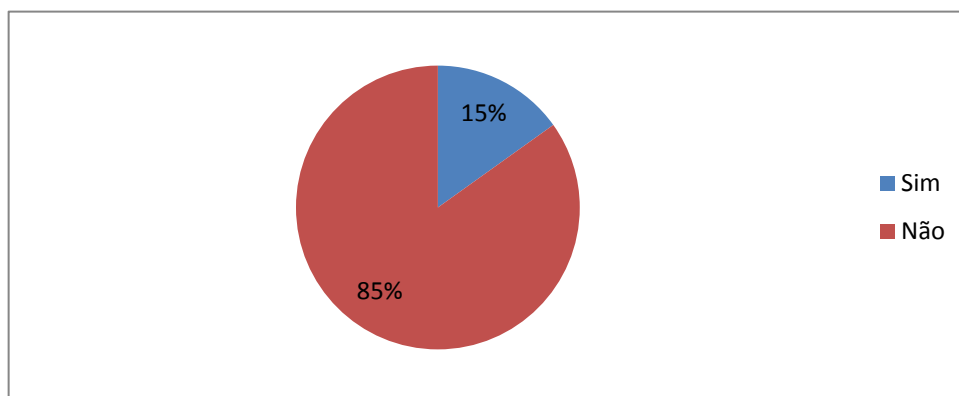


Gráfico 9 – Formação ministrada no CFG e CFS (1ª COE)

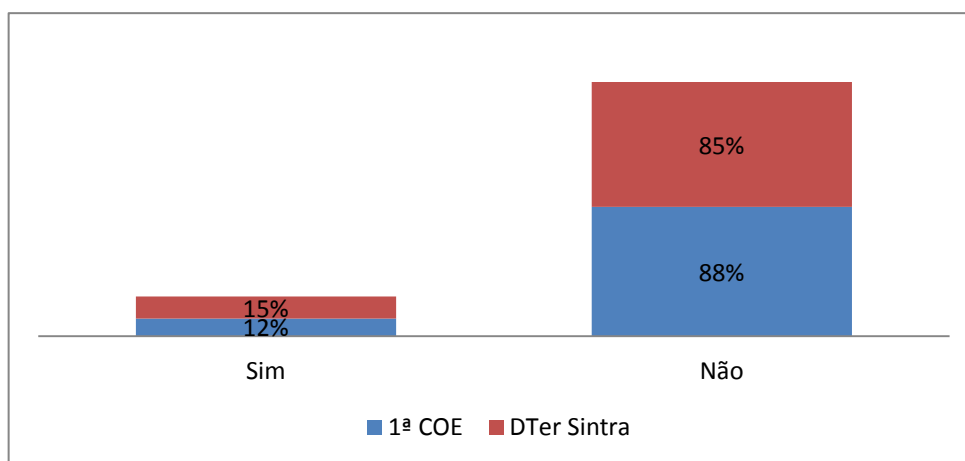
Quanto à pergunta “**3.1 Considera suficiente a formação ministrada em defesa pessoal no CFG e CFS?**”, pretendia-se saber se quanto aos cursos de formação de Guardas e formação de Sargentos, os militares inquiridos consideravam ser suficiente a formação ministrada na área da defesa pessoal ou se pelo contrário consideravam que não era suficiente. Assim, e tal como se pode verificar através do gráfico 9, acima representado, podemos afirmar que 30 dos militares inquiridos (88%) pertencentes à 1ª COE, responderam que não, ou seja, consideraram que a formação ministrada em DP não é suficiente, enquanto que 4 militares (12%) consideraram que a formação ministrada era suficiente.





**Gráfico 10 – Formação ministrada no CFG e CFS (DTER de Sintra)**

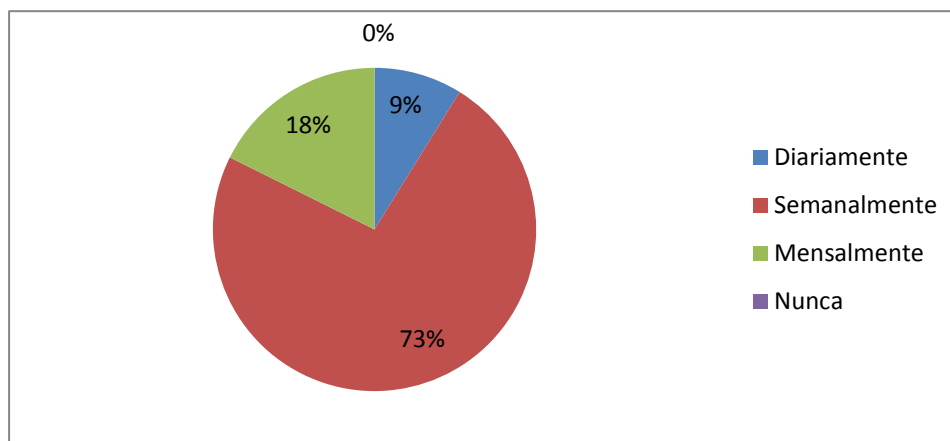
Ainda relativamente à pergunta **3.1**, no que concerne aos dados obtidos pelas repostas dos militares inquiridos do DTER de Sintra, podemos verificar que 73 dos militares (85%), respondeu que não considerava a formação ministrada em DP nos cursos de formação de Sargentos e Guardas suficiente, enquanto que 13 militares (15%) respondeu que considera, à data da resposta, essa mesma formação suficiente.



**Gráfico 11 – Formação ministrada no CFG e CFS  
(Comparação de respostas)**

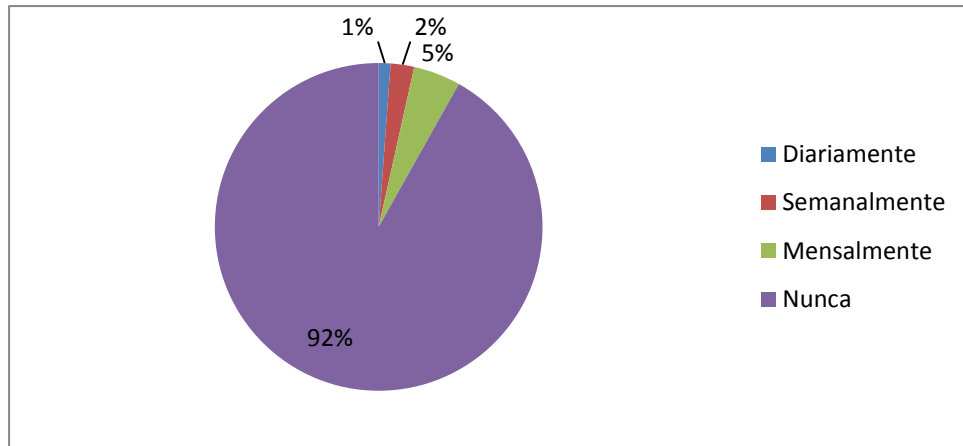
Desta forma, comparando as respostas dos militares da 1ª COE e do DTER de Sintra, ilustradas no gráfico 11 podemos afirmar que as percentagens de respostas são muito similares, em termos de proporção, sendo que a maioria dos inquiridos (85% e 88%) respondeu que considerava a formação ministrada no CFG e CFS como não sendo

suficiente. Tal como se pode ver através dos planos curriculares do CFG e CFS, existem tempos letivos previstos para formação em defesa pessoal, convergindo assim para o **OE2**: Perceber se os militares consideram que a formação inicial em DP é suficiente.



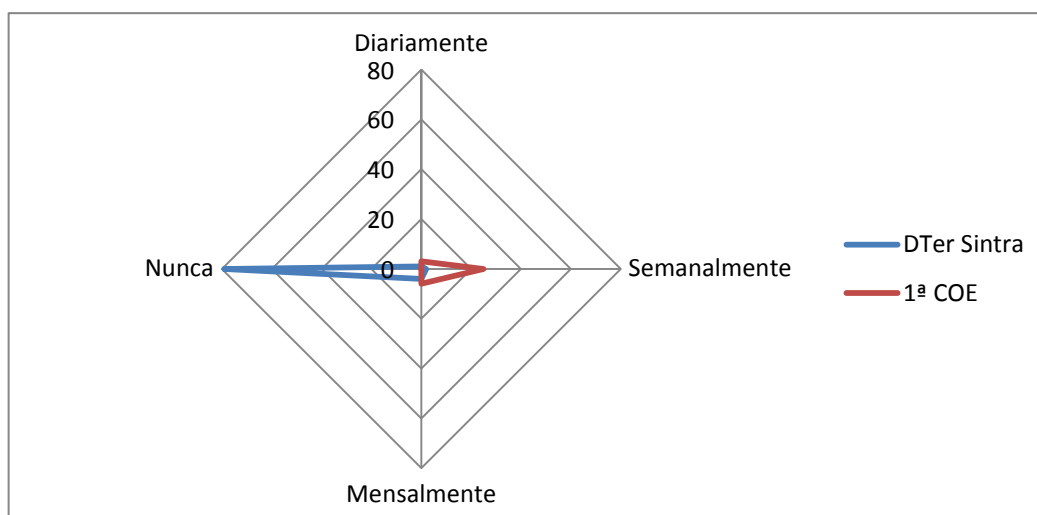
**Gráfico 12 – Regularidade da formação em DP**  
(1ª COE)

Relativamente à pergunta “**3.2 Com que regularidade tem formação em defesa pessoal?**”, através dos dados obtidos pelos respondentes pertencentes à 1ª COE, explanados no gráfico 12, podemos verificar que 25 (73%) dos militares respondentes, à data da resposta ao questionário, tinham formação em DP semanalmente, 6 militares (18%) tinham formação mensalmente, 3 militares (9%) tinham formação diariamente, e nenhum militar respondeu que nunca tinha formação em DP. Após se converter as opções de respostas em números, Diariamente, Semanalmente, Mensalmente e Nunca, para 1, 2, 3 e 4, correspondentemente, calculámos a média das respostas (2,09) bem como o desvio padrão (0,51) e a moda (2) e constatámos que a média e moda apontam para a opção Semanalmente, e que não existe grande dispersão de respostas, já que o desvio padrão tem um valor baixo.



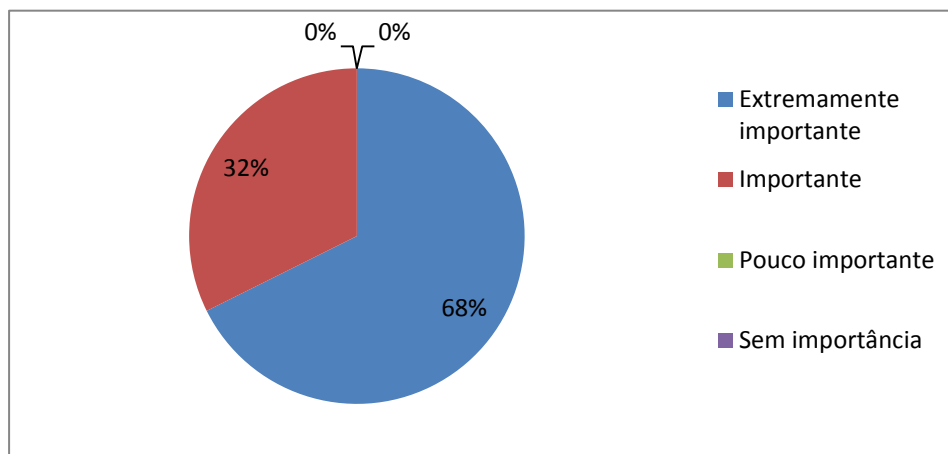
**Gráfico 13 – Regularidade da formação em DP**  
(DTer de Sintra)

Ainda quanto à pergunta **3.2** acerca da regularidade de formação em DP, no caso do DTer de Sintra, podemos verificar que 73 (92%) dos militares respondentes, perfazendo assim a grande maioria, afirmou que, à data da resposta ao questionário, nunca tinha formação em DP, apenas 4 (5%) responderam que tinham formação mensalmente, 2 militares (2%) responderam que tinham formação semanalmente e apenas 1 militar (1%) respondeu que tinha formação em DP diariamente. Após se converter as opções de respostas em números, calculámos a média das respostas (3,87) bem como o desvio padrão (0,48) e a moda (4) e constatámos que a média e a moda apontam para a opção Nunca, e que não existe grande dispersão de respostas, já que o desvio padrão tem um valor baixo.



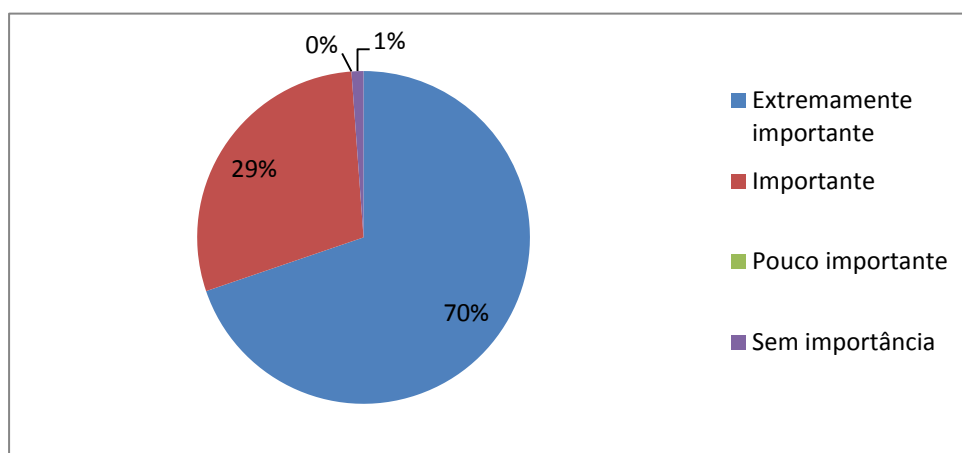
**Gráfico 14 – Regularidade de formação em DP**  
(Comparação de respostas)

Podemos assim verificar, através do gráfico 14, uma grande discrepância em termos de resultados obtidos nesta pergunta, 25 (73%) dos militares da 1ª COE, perfazendo assim a grande maioria, respondeu que tinha formação semanalmente e nenhum dos militares respondeu que nunca tinha formação, e no caso do DTer de Sintra a grande maioria, 79 militares (92%) respondeu que nunca tinha formação em DP. Tal como foi referido na revisão da literatura, não existe uniformidade na formação em DP, isto quando comparadas as subunidades da UI com as Unidades Territoriais, o que se reflete nas respostas a esta pergunta ao vermos diferença de regularidade de formação. Através da entrevista realizada ao Comandante da 1ª COE, podemos ver que existe formação organizada no GIOE, nomeadamente na 1ª COE, o que ajuda a explicar esta divergência de respostas. Os resultados obtidos nesta pergunta também vão de encontro ao **OE2**: “Perceber se os militares consideram que a formação inicial em DP é suficiente”, na medida em que se percebe que os militares da 1ª COE têm formação DP com alguma frequência ao contrário dos militares do DTer de Sintra.



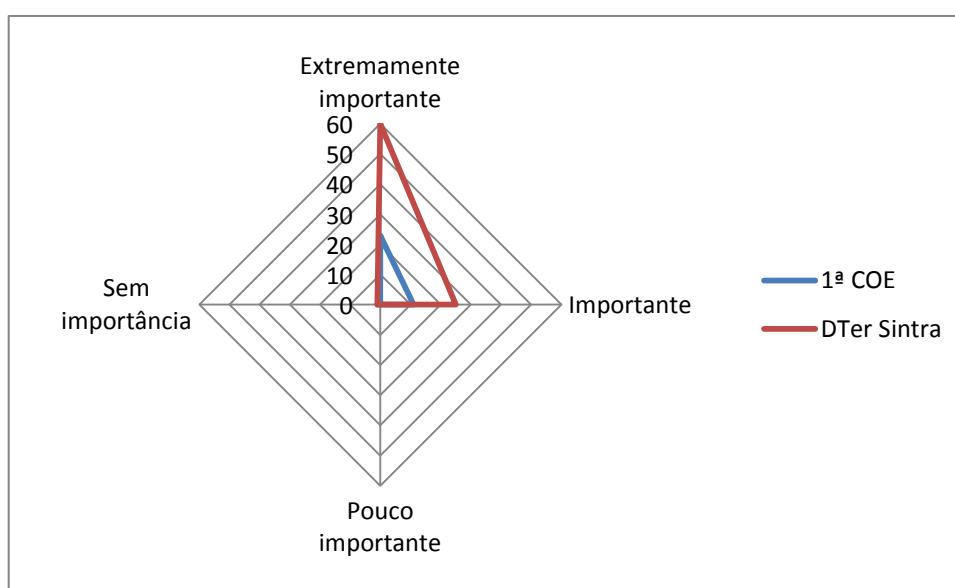
**Gráfico 15 – Importância da formação inicial em DP  
(1ª COE)**

Quanto à pergunta “**3.3 Quão importante considera a formação inicial em DP?**”, podemos verificar através do gráfico 13, acima ilustrado, que 23 (68%) dos militares respondentes da 1ª COE, afirmou que esta era de extrema importância, e 11 (32%) afirmou que era importante. Pelo que nenhum militar respondeu no questionário que a formação inicial em DP era de pouca importância ou sem qualquer importância. Depois de se converter as opções de respostas em números, Extremamente Importante, Importante, Pouco Importante e Sem Importância, para 1, 2, 3 e 4, correspondentemente, calculámos a média das respostas (1,32) bem como o desvio padrão (0,47) e a moda (1) e constatámos que a média e moda apontam para a opção Extremamente Importante, e que não existe grande dispersão de respostas, já que o desvio padrão tem um valor baixo.



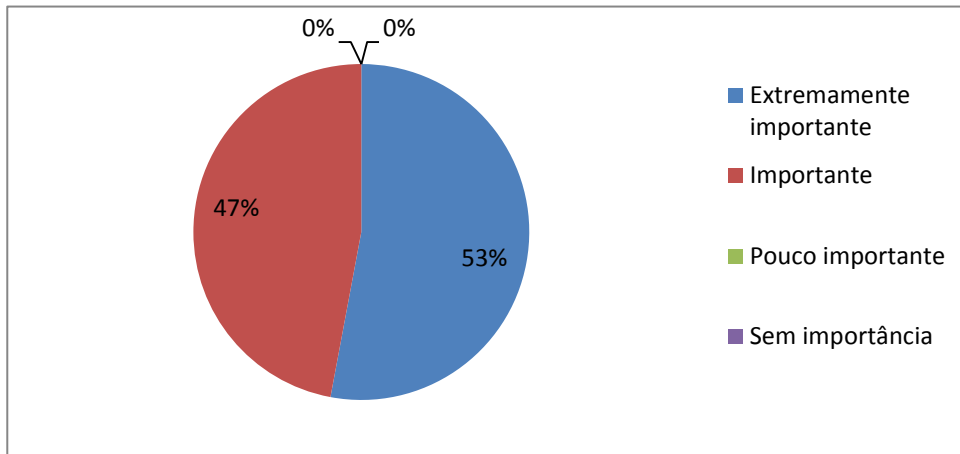
**Gráfico 16 – Importância da formação inicial em DP  
(DTER de Sintra)**

Ainda quanto à pergunta **3.3**, relativa à importância dada à formação inicial em DP pelos militares respondentes do DTer de Sintra, 60 destes (70%) afirmou que a formação inicial era de extrema importância, 25 militares (29%), respondeu que era importante, 1 (1%) afirmou que não tinha qualquer importância e nenhum militar afirmou que tinha pouca importância. Calculámos ainda a média das respostas (1,32) bem como o desvio padrão (0,54) e a moda (1) e verificámos que a média e a moda apontam para a opção Extremamente Importante, e que não existe grande dispersão de respostas, uma vez que o desvio padrão tem um valor baixo.



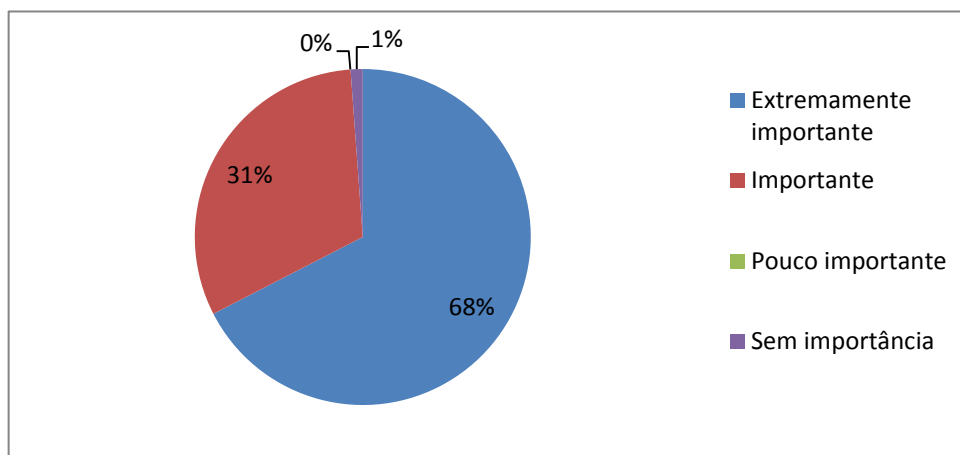
**Gráfico 17 – Importância da formação inicial em DP**  
(Comparação de respostas)

Comparando as respostas dadas pelos militares da 1ª COE e do DTer de Sintra, expostas no gráfico 17, podemos verificar que a grande maioria, 23 (68%) dos militares inquiridos da 1ª COE e 60 (70 %) dos militares inquiridos do DTer de Sintra responderam que a formação inicial em DP é extremamente importante, enquanto que nenhum dos militares inquiridos da 1ª COE e apenas 1 dos militares inquiridos do DTer de Sintra respondeu que a mesma não tinha qualquer importância.



**Gráfico 18 – Importância da formação contínua em DP  
(1ª COE)**

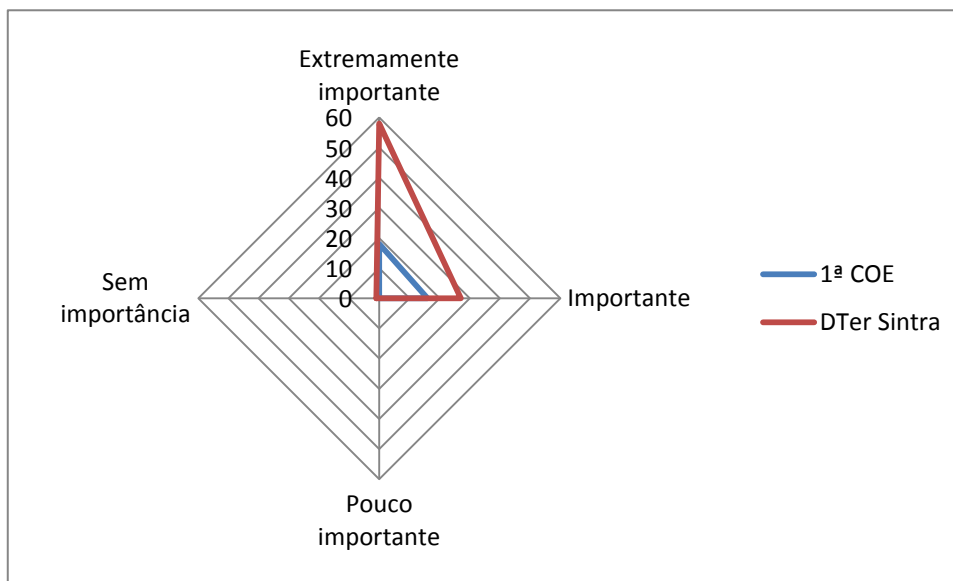
Relativamente à pergunta “**3.4 Quão importante considera a formação contínua em DP?**”, 18 dos militares inquiridos (53%) da 1ª COE, respondeu, à data da resposta ao questionário, que esta era de extrema importância, e 16 (47%) dos militares respondeu que era importante. Não houve qualquer militar a escolher como opção de resposta quer a opção Pouco Importante quer a opção Sem Importância. Após se converter as opções de respostas em números, Extremamente Importante, Importante, Pouco Importante e Sem Importância, para 1, 2, 3 e 4, correspondentemente, foi calculada a média das respostas (1.47) bem como o desvio padrão (0,50) e a moda (1) e averiguámos que a média e moda apontam para a opção Extremamente Importante, e que não existe grande dispersão de respostas, uma vez que o desvio padrão tem um valor baixo.



**Gráfico 19 – Importância da formação contínua em DP  
(DTer de Sintra)**

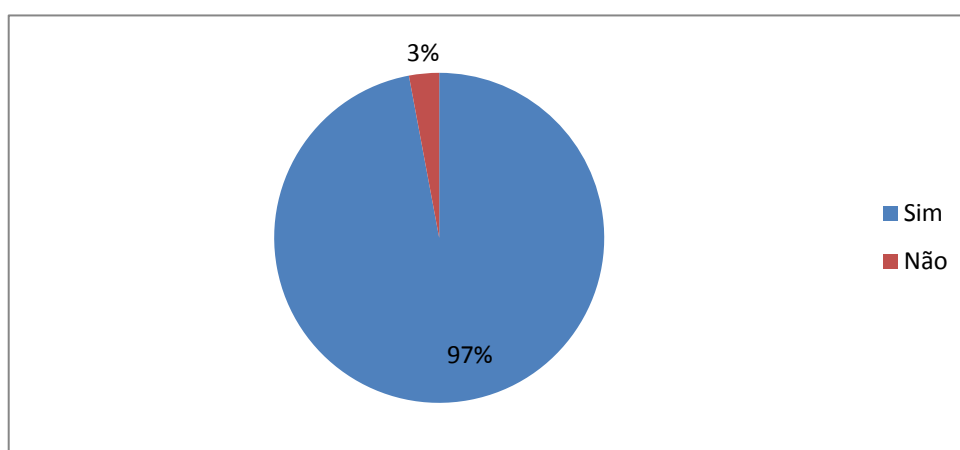
Ainda relativamente à pergunta **3.4** referente à importância da formação contínua em DP, 58 dos militares inquiridos (68%) respondeu, à data da resposta ao questionário, que esta era extremamente importante, 27 (31%) respondeu que era importante, 1 militar (1%) respondeu que esta não tinha qualquer importância e nenhum militar optou por responder que esta tinha pouca importância. Calculámos ainda a média das respostas (1,35) bem como o desvio padrão (0,55) e a moda (1) e constatámos que a média e a moda apontam para a opção Extremamente Importante, e que não existe grande dispersão de respostas, uma vez que o desvio padrão tem um valor baixo.





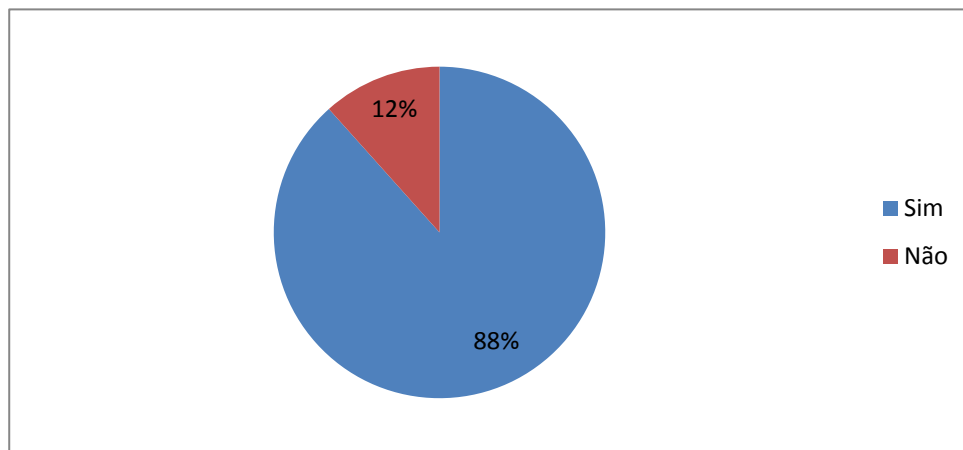
**Gráfico 20 – Importância da formação contínua em DP  
(Comparação de respostas)**

Analisando o gráfico 20, respeitantes às respostas dos militares inquiridos da 1ª COE e do DTER de Sintra, podemos verificar que a grande maioria, 18 militares (53%) e 58 (68%) militares, respetivamente, responderam que a formação contínua em DP era extremamente importante, e os restantes 16 (41%) da 1ª COE e 27 (31%) do DTER responderam que era importante.



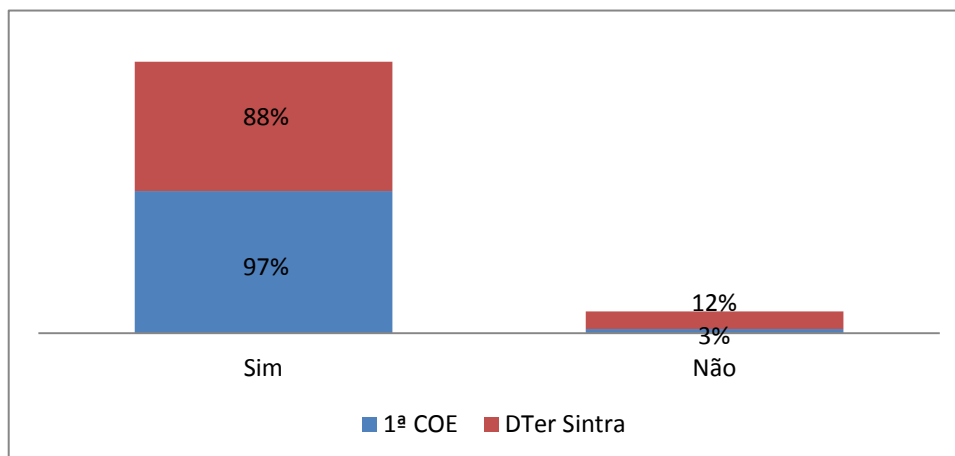
**Gráfico 21 – Ocorrências com necessidade  
de recorrer à DP (1ª COE)**

Quanto à pergunta “**4.1 Durante a sua carreira, alguma vez teve necessidade de atuar no âmbito da DP?**”, verificando os dados explanados no gráfico 21, acima representado, podemos afirmar que 33 dos militares inquiridos da 1ª COE (97%), perfazendo assim a grande maioria, responderam, à data da resposta ao questionário que já tinham tido a necessidade de atuar no âmbito da DP e apenas 1 militar (3%) respondeu que nunca tinha tido necessidade de atuar nesse âmbito.



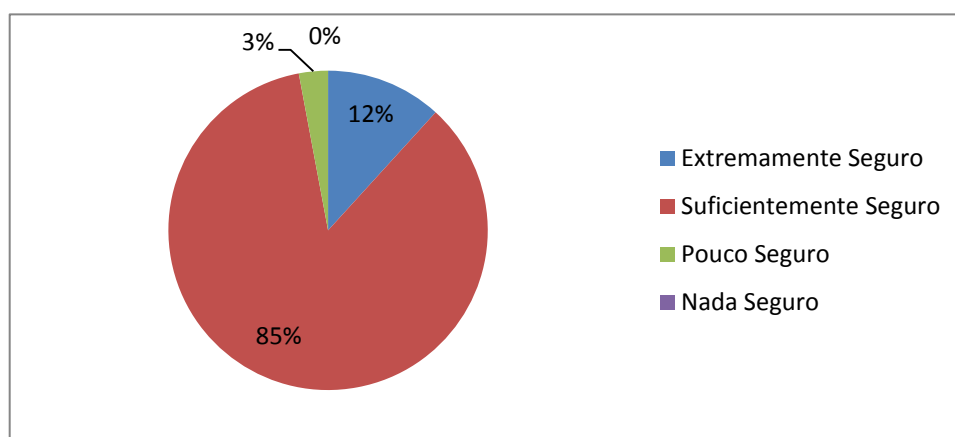
**Gráfico 22 – Ocorrências com necessidade  
de recorrer à DP (DTER de Sintra)**

Ainda quanto à pergunta **4.1** do questionário, quanto aos dados referidos aos militares inquiridos do DTER de Sintra, podemos verificar através do gráfico 22 que 76 (88%) dos militares inquiridos responderam que já tinham, até à data da resposta, tido a necessidade de atuar no âmbito da DP durante a sua carreira, e apenas 10 (12%), responderam que nunca tinham tido necessidade de atuar no mesmo âmbito.



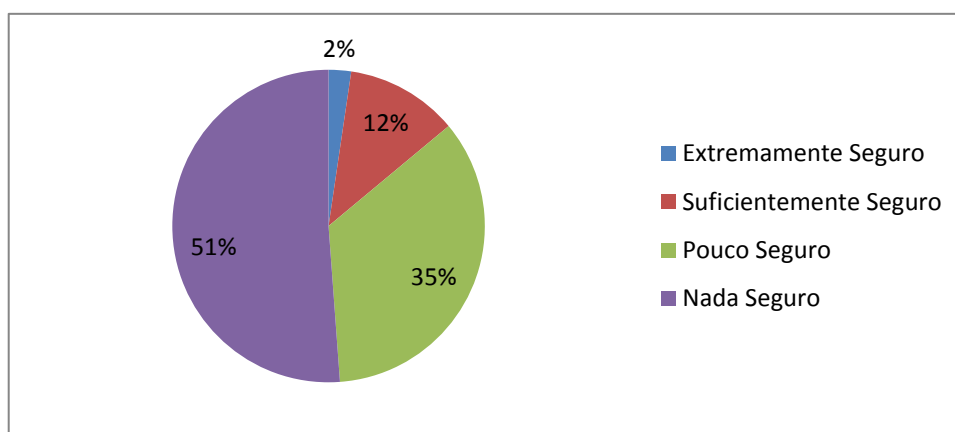
**Gráfico 23 – Ocorrências com necessidade de recorrer à DP (Comparação de respostas)**

Assim, comparando os dados obtidos da 1ª COE e do DTer de Sintra, ilustrados no gráfico acima exposto, podemos afirmar que a grande maioria dos militares inquiridos, 97% e 88%, respetivamente, respondeu que já tinha tido a necessidade de atuar no âmbito da defesa pessoal. As respostas à pergunta anterior, podem relacionar-se com as respostas a esta pergunta, uma vez que a maior parte dos militares respondeu que já tinha tido necessidade de recorrer à DP, é expectável que os mesmos considerem que a formação contínua em DP tem importância.



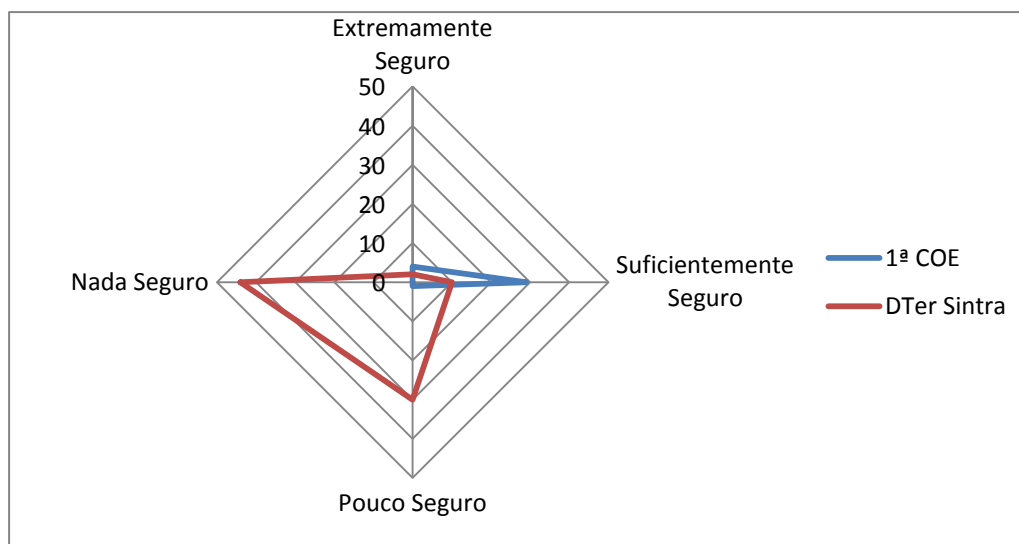
**Gráfico 24 – Segurança sentida em caso de necessidade de atuar (1ª COE)**

Relativamente à pergunta “**4.2 Quão seguro se sente se tiver de atuar no âmbito da defesa pessoal?**”, podemos verificar através do gráfico 24, acima exposto, que 29 dos militares (85%) da 1ª COE responderam que se sentiam suficientemente seguros, 4 (12%) responderam que se sentiam extremamente seguros, enquanto que 1 (3%) dos militares inquiridos respondeu que se sentia pouco seguro e nenhum dos inquiridos respondeu que se sentia nada seguro. Converteu-se as opções de respostas em números, Extremamente Seguro, Suficientemente Seguro, Pouco Seguro e Nada Seguro, para 1, 2, 3 e 4, correspondentemente, e calculámos a média das respostas (1,82) bem como o desvio padrão (0,46) e a moda (2), verificando que a média e moda apontam para a opção Suficientemente Seguro, e que não existe grande dispersão de respostas, já que o desvio padrão tem um valor baixo.



**Gráfico 25 – Segurança sentida em caso de necessidade de atuar  
(Dter de Sintra)**

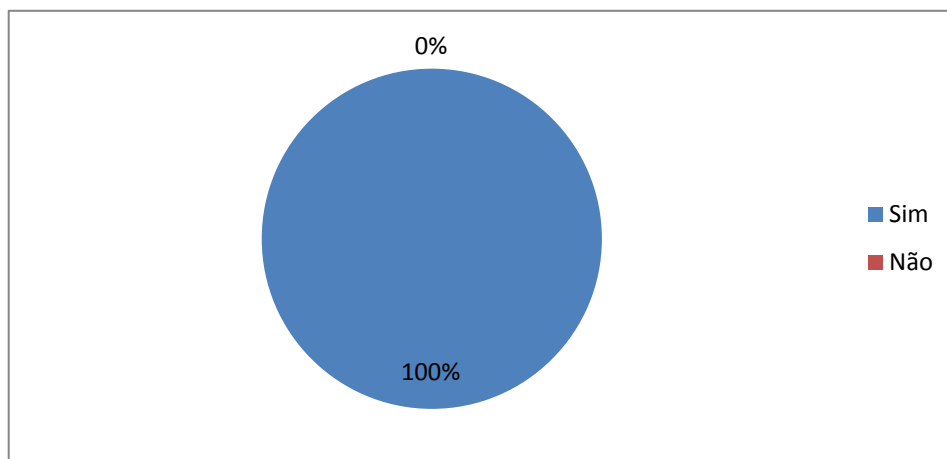
Ainda relativamente à pergunta **4.2**, podemos verificar através do gráfico 25, que 44 dos militares (51%) do DTer de Sintra responderam que se sentiam nada seguros, 30 (35%) responderam que se sentiam pouco seguros, enquanto que 10 (12%) dos militares inquiridos responderam que se sentiam suficientemente seguros e apenas 2 (2%) responderam que se sentiam extremamente seguros. Foi ainda calculada a média das respostas (3,35) bem como o desvio padrão (0,78) e a moda (4) e notámos que a média e a moda apontam para a opção Nada Seguro, e que existe alguma dispersão de respostas.



**Gráfico 26 – Segurança sentida em caso de necessidade de atuar**  
(Comparação de respostas)

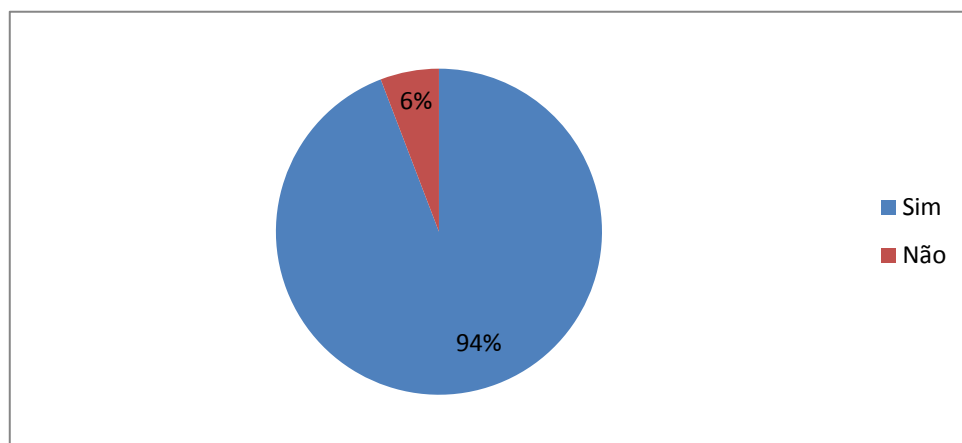
Comparando as respostas, dos militares inquiridos da 1ª COE e do DTER de Sintra, a esta pergunta, ilustradas pelo gráfico 26, podemos verificar que, no caso da 1ª COE, a grande maioria dos militares respondeu que se sentia suficientemente seguro ou extremamente seguro, sendo que 33 (97%) dos mesmos optou por uma dessas duas respostas. Já quanto ao DTER de Sintra é possível vermos que 74 (86%) dos militares inquiridos respondeu que se sentia nada seguro ou pouco seguro e apenas 12 (14%) respondeu sentir-se extremamente seguro ou suficientemente seguro. O facto de não haver instrução organizada nas Unidades Territoriais, contrariamente ao GIOE<sup>4</sup>, pode ser a razão de existir esta diferença nas respostas dos militares inquiridos. Por consequência, as respostas a esta pergunta vão de encontro a um dos objetivos específicos estabelecidos no Capítulo 1, sendo este o **OE1**: “Perceber se os militares da GNR sentem-se seguros quanto à possibilidade de atuarem no âmbito da defesa pessoal.”

<sup>4</sup> Cfr. Anexo D



**Gráfico 27 – Aperfeiçoamento do CFG e CFS quanto à DP  
(1ª COE)**

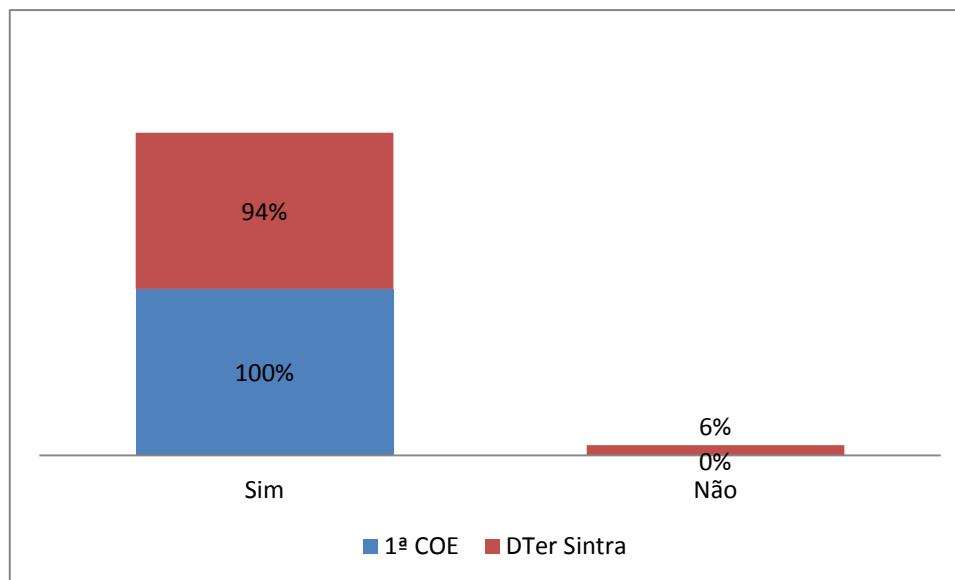
Relativamente à pergunta “**4.3 Considera que os CFG e CFS deveriam ser aperfeiçoados em termos de defesa pessoal?**”, podemos verificar através do gráfico 27, acima ilustrado, que 34 dos militares (100%) da 1ª COE responderam que estes dois cursos deveriam ser aperfeiçoados no que toda à DP e nenhum dos inquiridos respondeu que estes não necessitam de sofrer qualquer alteração.



**Gráfico 28 – Aperfeiçoamento do CFG e CFS quanto à DP  
(DTer de Sintra)**

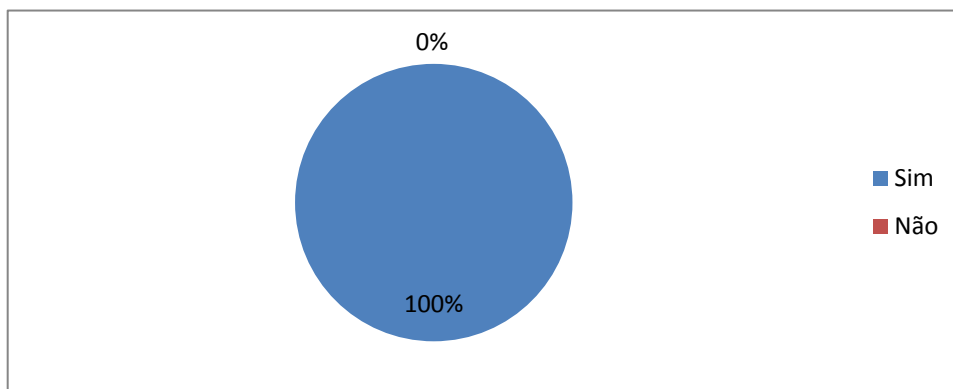
Ainda no que respeita à pergunta **4.3**, podemos verificar através do gráfico 28, que 81 dos militares (94%) do DTer de Sintra responderam que os cursos de formação de Guardas e Sargentos deveriam ser aperfeiçoados, em relação à DP e 5 (6%) responderam

que estes mesmos cursos não necessitam de sofrer qualquer alteração em relação à mesma matéria.



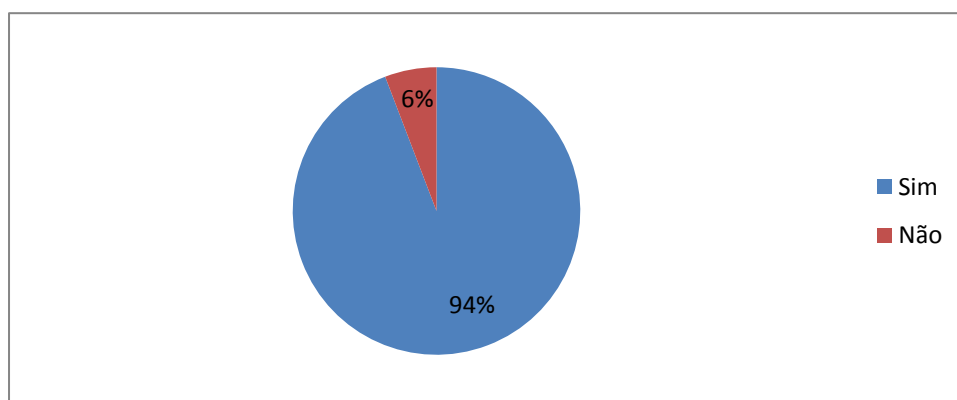
**Gráfico 29 – Aperfeiçoamento do CFG e CFS quanto à DP**  
(Comparação de respostas)

Tendo em conta as respostas dos militares inquiridos da 1ª COE e do DTer de Sintra relativamente a esta pergunta podemos verificar que todos os militares inquiridos pertencentes à COE responderam que os cursos necessitam de ser aperfeiçoados, e a grande maioria dos militares inquiridos do DTer, respondeu da mesma forma, sendo que em toda a amostra, apenas 5 (6%) dos militares do DTer tiveram opiniões díspares, tendo respondido que os cursos não necessitam de ser aperfeiçoados. Desta feita, as respostas a esta pergunta contribuem também para o **OE2**: “Perceber se os militares consideram que a formação inicial em DP é suficiente.”



**Gráfico 30 – Aumento da formação contínua em DP  
(1ª COE)**

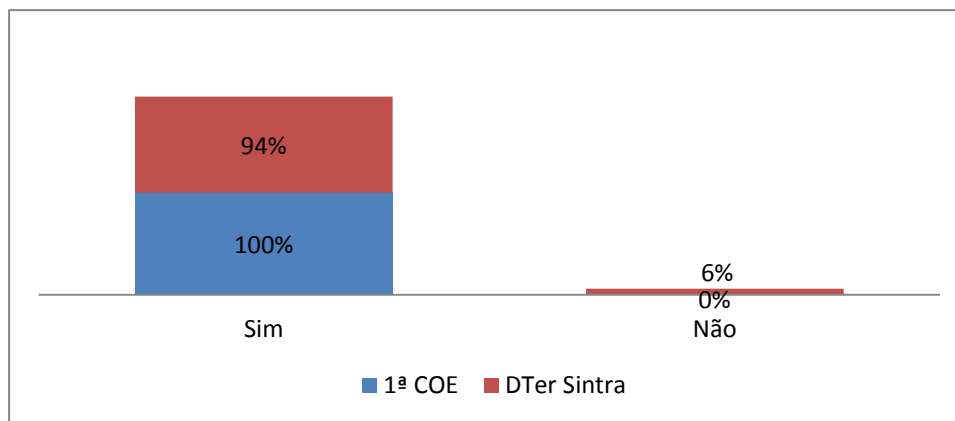
Analisando as respostas à pergunta “**4.4 Considera benéfico um aumento da formação contínua em defesa pessoal?**”, podemos verificar através do gráfico 30, acima ilustrado, que 34 dos militares (100%) da 1ª COE responderam que sim, um aumento de formação contínua em DP seria benéfico e nenhum dos militares inquiridos optou por responder que de forma negativa.



**Gráfico 31 – Aumento da formação contínua em DP  
(DTer de Sintra)**

Ainda no que alude à pergunta **4.4**, podemos verificar através do gráfico 31 que, similarmente à pergunta anterior (**4.3**), 81 dos militares (94%) do DTer de Sintra responderam de forma positiva, ou seja um aumento de formação contínua em DP seria benéfico e 5 (6%) responderam de forma negativa à mesma pergunta.





**Gráfico 32 – Aumento da formação contínua em DP**  
(Comparação de respostas)

Comparando as respostas dos militares inquiridos da 1ª COE e do DTer de Sintra relativamente a esta pergunta podemos verificar que todos os militares inquiridos pertencentes à COE responderam um aumento de formação contínua em DP seria benéfico, e a grande maioria dos militares inquiridos do DTer, respondeu da mesma forma, havendo apenas 5 (6%) militares com opiniões díspares de toda a amostra, tendo respondido que não havia benefício aumentando a formação contínua em DP. Assim podemos afirmar que estas respostas vão de encontro ao nosso **OE4**: “Perceber se os militares ambicionam ter mais formação em DP para além da que têm ou tiveram.”

#### 4.3.2 Entrevistas dirigidas ao NEFD e ao Cmdt. da 1ª COE

Após entrevistar o NEFD da EG, verificámos que existia, à data da entrevista realizada, uma preocupação em atualizar, e manter como prática corrente, cursos de luta e defesa pessoal, bem como cursos de formação de instrutores de defesa pessoal, devidamente certificados. Para desta forma se poder contribuir para uma melhor formação dos militares da GNR, promovendo por conseguinte uma melhor capacidade de atuação por parte dos mesmo, bem como ajudar a prevenir situações de desacatos.<sup>5</sup> Esta preocupação por parte do NEFD relaciona-se com as questões “3.3 Quão importante considera a formação inicial em DP?” e “3.4 Quão importante considera a formação

<sup>5</sup> Cfr. Entrevista realizada ao Núcleo de Educação Física e Desportos, no dia 28 de janeiro de 2015, às 15h30m, tendo como interlocutores os membros pertencentes ao NEFD. Ver Apêndice C.

contínua em DP?” respondidas pela amostra, mostrando assim que também o NEFD considera que esta formação (inicial e contínua) tem importância.

Perguntado se considerava ou não que a formação ministrada pela EG em DP seria suficiente, o NEFD respondeu que considerava que não, convergindo assim para o **OE2**: “Perceber se os militares consideram que a formação inicial em DP é suficiente”. No entanto o mesmo também afirmou existir uma proposta sob processo de decisão, com o objetivo de haver uniformização e continuidade da formação, abrangendo todo o dispositivo territorial.<sup>6</sup>

O Comandante da 1ª COE, pertencente ao GIOE, ao ser entrevistado revelou que a formação e treino ministrado no GIOE eram algo diversificados, tendo por base o Krav Maga<sup>7</sup>, mas utilizando também outras modalidades diferentes, que eram combinadas para ir de encontro às várias necessidades que decorrem das várias missões desempenhadas pelos militares operacionais da Subunidade. Quanto ao aspeto de quem ministra a formação e treinos de defesa pessoal aos militares da COE, o entrevistado afirmou que eram os próprios militares da Subunidade, habilitados com cursos de instrutor de várias modalidades, ou que possuísem larga experiência na prática de modalidades de desportos de combate e que demonstrassem aptidão para ministrar instrução.<sup>8</sup>

Perguntado se existia apoio de entidades externas à GNR para dar formação em DP ao GIOE, o entrevistado respondeu que sim, que existia um mestre de Boxe que periodicamente orientava o treino dos militares operacionais na modalidade de Boxe. Respondeu também que pontualmente existiam seminários que visam técnicas específicas, tendo como público-alvo todos os militares operacionais da Subunidade ou apenas os instrutores, dependendo da pertinência dos mesmos seminários.<sup>9</sup>

Desta forma é possível entender que na pergunta 3.2 “Com que regularidade tem formação em defesa pessoal?”, presente no questionário, os militares da 1ª COE, comparados com a restante amostra, respondam que têm formação com muito mais frequência. As afirmações do entrevistado também contribuem para a prossecução do **OE3**: “Perceber se existe formação contínua ou apenas formação inicial”.

---

<sup>6</sup> Cfr. Apêndice B.

<sup>7</sup> Significa “combate próximo” em hebraico, e é um sistema de defesa pessoal de origem israelita. Cfr. <http://www.kravmagaportugal.com/>, consultado em 7 de julho de 2015, às 11h30m.

<sup>8</sup> Cfr. Entrevista realizada ao Comandante da 1ª COE, do GIOE, no dia 23 de junho de 2015, às 16h30m. Ver Apêndice D.

<sup>9</sup> Cfr. Apêndice D.

## CAPÍTULO 5

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

#### 5.1 Verificação das hipóteses

Após elaborada a análise dos resultados obtidos com o questionário e as entrevistas, iremos neste subcapítulo fazer a verificação das hipóteses formuladas anteriormente, confirmando-as, totalmente ou parcialmente, ou refutando-as, sendo que estas não podem ser generalizadas para além da população em estudo.

Relativamente à primeira hipótese, **H1**: “A maioria dos militares do Destacamento Territorial (DTER) de Sintra considera que se sentem pouco seguros quanto à possibilidade de terem de atuar no âmbito da defesa pessoal, enquanto que os militares da 1ª COE sentem-se suficientemente seguros”, podemos confirmar a mesma. Isto porque, à pergunta 4.2 do questionário, a grande maioria dos militares do DTER de Sintra (86%) respondeu que se sentia pouco ou nada seguro, enquanto que a grande maioria dos militares da 1ª COE (85%) respondeu que se sentia suficientemente seguro.

Quanto à **H2**: “Tendo em conta as duas subunidades em estudo, apenas existe formação contínua na subunidade especializada em intervenção policial, o GIOE”, podemos confirmar parcialmente a mesma a partir da questão 3.2 do questionário, na qual os inquiridos da 1ª COE responderam todos que tinham formação em defesa pessoal pelo menos mensalmente. No entanto, apesar de que 92% dos militares inquiridos do DTER de Sintra responderam que nunca tinha formação em DP e os apenas 7 responderam que pelo menos mensalmente tinham formação, ainda que possa ser formação ministrada fora do horário de expediente, não podemos confirmar que os não tenham formação contínua em DP. O que nos confirma que a formação contínua ministrada aos militares da 1ª COE não é ministrada fora do horário de expediente é o facto de um dos entrevistados, o Cmdt da 1ª COE, ter afirmado que existe regularmente, formação em DP no GIOE, para os militares operacionais.<sup>10</sup>

Face à **H3**: “A maioria dos militares do DTER de Sintra e da 1ª COE considera que a formação inicial em defesa pessoal deveria ser melhorada”, podemos constatar através das

---

<sup>10</sup> Cfr. Apêndice D.

respostas dadas à questão 4.3, que 100% dos militares inquiridos da 1ª COE e 94% dos militares inquiridos do DTer de Sintra, julgam que os cursos de formação de Guardas e Sargentos (formação inicial) deviam ser aperfeiçoados, corroborando assim a nossa hipótese.

No que respeita à **H4**: “A maioria dos militares em estudo considera que seria benéfico haver um aumento de formação contínua em defesa pessoal”, tendo em conta as respostas à pergunta 4.4 do questionário, 100% dos militares inquiridos da 1ª COE consideram que sim, e 94% dos militares inquiridos do DTer de Sintra também consideram que sim, fazendo assim com que possamos confirmar a nossa hipótese previamente elaborada.

## 5.2 Resposta às questões derivadas

Relativamente à **QD1**: “Os militares da GNR sentem-se seguros quanto à possibilidade de atuarem no âmbito da defesa pessoal?”, podemos responder que apenas os militares da 1ªCOE se sentem suficientemente seguros, enquanto que os militares do DTer de Sintra se sentem pouco seguros.

Quanto à **QD2**: “Existe formação contínua no âmbito da defesa pessoal?”, podemos concluir que a formação contínua existe na Subunidade do GIOE, no entanto, apesar de não podermos dizer com certeza que não existe formação contínua no DTer de Sintra, mais de 90% dos inquiridos desta Subunidade afirmou nunca ter formação contínua em DP.

No que concerne à **QD3**: “Os militares da GNR consideram que a formação inicial em defesa pessoal devia ser melhorada?”, verificámos através da **H3** já confirmada, que sim, a formação em defesa pessoal devia ser melhorada.

Face à **QD4**: “Os militares da GNR consideram que seria benéfico haver mais formação contínua em defesa pessoal?”, podemos afirmar que a maioria dos militares inquiridos considera que sim, haver mais formação contínua em DP seria algo benéfico.

### 5.3 Resposta à questão central

A QC elaborada no início do TIA é: “Qual a influência da formação em defesa pessoal na perceção de autoconfiança dos militares?”. Desta feita, podemos afirmar que é expectável que o militar da Guarda, ao ter mais formação contínua, como é o caso da 1ª COE relativamente ao DTer de Sintra, se sinta mais à vontade para atuar no âmbito da defesa pessoal do que um militar que não tem formação contínua com tanta regularidade. Segundo refere (Guilhardi, 2002), podemos afirmar que se um militar se sentir confiante, no que respeita à sua atuação ao nível da defesa pessoal, o seu comportamento a quando de uma necessidade de atuação deste género será mais positivo. Assim, e após toda a análise de dados, concluímos que quanto mais formação em defesa pessoal os militares tiverem, mais autoconfiantes se vão sentir.

Por fim, com verificação das hipóteses, questões derivadas respondidas e questão central respondida podemos afirmar que objetivo geral do trabalho, que é analisar a influência da formação em defesa pessoal na GNR na perceção de autoconfiança dos militares, foi atingido.

### 5.4 Limitações

Terminado este estudo torna-se importante realçar certas limitações que atravessámos na elaboração do mesmo, nomeadamente, e em primeiro lugar, gostaríamos que este estudo fosse capaz de ser extrapolado a mais unidades da GNR, no entanto, devido à limitação do tempo disponível e número de páginas estabelecido para a investigação, tornou-se uma tarefa inviável.

Também o facto de, mesmo depois de delimitar o estudo a apenas duas Subunidades da Guarda e aplicar os questionários à amostra escolhida, não se ter conseguido, após várias insistências, que todos os elementos respondessem ao mesmo.

A falta de formação sobre conhecimentos estatísticos foi um aspeto que originou mais dificuldade no decorrer da investigação.

Verificou-se alguma complexidade no estudo da própria temática em causa, a defesa pessoal, porque, não obstante existir instrução organizada na UI, contrariamente ao que ocorre nas Unidades Territoriais, onde esta depende da vontade de alguns militares, não existe uniformidade na formação contínua em DP no dispositivo da Guarda.

O facto de neste trabalho se propor estudar um sentimento, relativiza de certa forma o estudo, uma vez que não há duas pessoas iguais, tornando difícil de quantificar uma característica intangível.

### **5.5 Proposta de investigações futuras**

Uma investigação desta dimensão implica um estudo bastante aprofundado e suficientemente abrangente para que tenha alguma relevância e se possa extrapolar os dados obtidos da amostra ao universo respetivo. Como forma de continuar este estudo, escalpelizando-o, seria proveitoso aplicar o mesmo estudo a Unidades da Guarda diferentes das que foram estudadas, bem como a uma amostra maior.

Um dos tratamentos estatísticos possíveis de ser realizado neste estudo é a análise por correspondências uma vez que se tratam de dados qualitativos (Bisquerra, 1989). Esta modalidade, sendo levada a cabo, traria possivelmente uma perspetiva diferente e de interesse à temática em causa.

Também seria uma mais valia entrevistar outras entidades com funções de comando e chefia, competentes em matéria da formação e defesa pessoal, por forma a se obter diferentes pontos de vista, que contribuem sempre para uma melhor perceção do problema.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros

- Alves, A. (2008). *Em busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana
- Alves, A. (2010). *Introdução à segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana
- Alves, A. (2011). *Contributos para uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Revista Guarda Nacional Republicana
- Bisquerra, R. (1989). *Métodos de Investigación Educativa. Guía Práctica*. Barcelona: Ceac
- Branco, C. (2010). *GNR Contradições e Ambiguidades*, 1ª edição, Sílabo
- Costa, P. (2006). *Defesa Pessoal*. Natal, Rio de Janeiro
- Guilhardi, Hélio José (2002). *Autoestima, autoconfiança e responsabilidade*. M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte e S. M. B. Mezzaroba (Orgs.). Santo André, SP: ESETec Editores Associados
- Guilhardi, Hélio José (2007). *Autoestima e autoconfiança são metáforas, não causas*. Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento. Campinas - SP
- Hill, M. M. & Hill, A. (2000). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo
- Hill, M. M. & Hill, A. (2009). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo
- Lavoura, T. & Machado, A. (2006). *Esporte de aventura de rendimento e estados emocionais: relações entre ansiedade, autoconfiança e autoeficácia*. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicologia do Esporte – Departamento de Educação Física UNESP. Rio Claro, SP
- Machado, A (2006). *Psicologia do esporte: da educação física escolar ao treinamento esportivo*. São Paulo: Guanabra Koogan
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Editora Universidade Lusíada

Thompson, S. K. (2002). *Sampling, Second Edition*. Nova York: Wiley

### **Publicações Institucionais**

GNR (2010). *Manual de Ordem Pública* (Edição revista em 2010). Guarda Nacional Republicana, Lisboa

GNR (2013). *Manual de Defesa Pessoal*. Escola da Guarda – GNR. Lisboa

GNR/CDF (2005). Diretiva n.º 05 de 25 de março de 2010, *Formação contínua de aperfeiçoamento e atualização*

GNR/CDF (2008). PDGNR 3-00 de 26 de junho. *Bases gerais da formação da Guarda Nacional Republicana*

GNR/CDF (2008). PDGNR 3-01 de 26 de junho. *Glossário de conceitos e termos de formação, de educação, de treino e de doutrina*.

GNR (1996). *Manual de Operações* Volumes I – GNR. Lisboa: GNR

Academia Militar (2013). *NEP n.º 520- Trabalho de Investigação Aplicada (TIA)* (2ª ed.). Lisboa: Academia Militar

### **Internet**

Federação Portuguesa de Krav Maga. (2009). Obtido em 7 de julho de 2015, de <http://www.kravmagaportugal.com>

Priberam Informática, S. A. (2013). Priberam Dicionário. Obtido em 7 de julho de 2014, em <http://www.priberam.pt/dlpo/defesa>

Priberam Informática, S. A. (2013). Priberam Dicionário. Obtido em 6 de julho de 2014, em <http://www.priberam.pt/dlpo/formação>

Priberam Informática, S. A. (2013). Priberam Dicionário. Obtido em 7 de julho de 2014, em <http://www.priberam.pt/dlpo/pessoal>

CIME, (2001). *Terminologia de formação profissional. Alguns Conceitos de Base – III*. Publicação em formato PDF. Obtido em 20 de junho de 2015, de <http://www.exercito.pt/pefex/GLOS/DGEFP.pdf>



## Teses

Ferrão, J. (2013). *A importância da Defesa Pessoal na GNR*. Dissertação apresentada com vista á obtenção de grau mestre. Academia Militar, Lisboa

Miranda, F. (2011). *Investigação por questionário: Teoria e Prática*. Mestrado em Educação, UL, Instituto de Educação, Lisboa

Santos, A. (2002). *O Uso da Força no Exercício da Função Policial – Alguns Aspetos Legais*. Tese de Licenciatura em Ciências Policiais. ISCPSI, Lisboa

## Legislação

Assembleia da República (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 155, 4642-4686. Constituição da República Portuguesa (CRP) – oitava revisão constitucional

Assembleia da República (2007). Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 213, 8043-8051. Aprova a Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (LOGNR)

Conselho de Ministros (2002). *Código Deontológico do Serviço Policial*. Resolução n.º 37/2002 de 7 de fevereiro

Ministério da Administração Interna – Guarda Nacional Republicana – Comando-Geral (2010). Despacho n.º 10393/2010 de 22 de junho. *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 119, 33856-33891. Aprova o Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana (RGSGNR)

## **APÊNDICES**

## **Apêndice A - Carta de Apresentação**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **A defesa pessoal como forma de potenciar a autoconfiança dos militares da GNR**

#### **Carta de Apresentação**

**Aspirante GNR - Infantaria Helder Gomes Ferreira**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria António Ramos**  
**Coorientador: Capitão de Infantaria Carlos Covelo**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**  
**Lisboa, janeiro de 2015**

No âmbito da elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada, com o tema “A defesa pessoal como otimização da competência técnico-policial do militar da GNR: aumento da autoconfiança”, surge a necessidade de sujeitar os militares do Destacamento Territorial de Sintra e do Grupo de Intervenção de Operações Especiais, a um inquérito.

A investigação tem como objetivo geral perceber se a formação em defesa pessoal ministrada aos militares da GNR é suficiente para promover um sentimento de segurança nos mesmos, durante o cumprimento das suas missões. Pretendemos também fazer uma comparação entre a perceção de autoconfiança dos militares do GIOE e do Comando Territorial de Lisboa.

Assim com não nos é possível estudar todas as Unidades e Subunidades da Guarda Nacional Republicana, foi escolhida uma amostra relevante dentro da qual se distinguem duas missões fundamentais.

Deste modo solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que nos conceda o direito de submeter a inquérito os sargentos e guardas, que tenham funções operacionais da respetiva Subunidade, por forma a alcançarmos com sucesso, os objetivos do nosso Trabalho de Investigação Aplicada.

Agradecemos a disponibilidade para a realização deste inquérito, o qual integrará o Trabalho de Investigação aplicada subordinado ao tema supracitado, o qual serve para concluir com sucesso o Tirocínio para Oficiais da Guarda Nacional Republicana.

### **Gratos pela sua disponibilidade e colaboração**

Autor: Aspirante de GNR Inf. Helder Gomes Ferreira

Orientador: Major de GNR Inf. António Manuel da Silva Ramos

Coorientador: Capitão de GNR Inf. Carlos Manuel Afonso Covelo

## **Apêndice B - Questionário**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **A defesa pessoal como forma de potenciar a autoconfiança dos militares da GNR**

#### **Questionário para o Trabalho de Investigação Aplicada**

**Aspirante GNR - Infantaria Helder Gomes Ferreira**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria António Ramos**  
**Coorientador: Capitão de Infantaria Carlos Covelo**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**  
**Lisboa, janeiro de 2015**

## Âmbito

O presente questionário surge no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, cujo tema é “A autodefesa dos militares da GNR como forma de diminuir o sentimento de insegurança” e destina-se aos Guardas e Sargentos do Comando Territorial de Lisboa bem como do Grupo de Intervenção de Operações Especiais.

Os dados resultantes deste questionário servirão exclusivamente para tratamento estatístico, sendo sempre salvaguardada a identidade de quem o preenche.

Solicitamos que responda a este questionário de forma sincera, pois a opinião de cada militar submetido a este questionário é de grande importância.

Obrigado pela sua colaboração.

Aspirante de Infantaria Helder Ferreira

## 1. Dados Biográficos

### 1.1. Género \*

- ☐ Masculino  
☐ Feminino

### 1.2. Idade (em anos) \*

- ☐ Menos de 30  
☐ De 30 a 50  
☐ Mais de 50

## 2. Dados Profissionais

### 2.1. Categoria \*

- ☐ Sargento  
☐ Guarda

### 2.2. Tempo de Serviço (em anos) \*

- ☐ Menos de 5  
☐ Entre 5 e 19  
☐ Entre 20 e 30  
☐ Mais de 30

### 2.3. Colocação atual \*

- ☐ Comando Territorial de Lisboa
- ☐ Grupo de Intervenção de Operações Especiais

## 3. Formação em defesa pessoal

### 3.1. Considera suficiente a formação em defesa pessoal ministrada no CFG e CFS? \*

Curso de Formação de Guardas e Curso de Formação de Sargentos.

- ☐ Sim
- ☐ Não

### 3.2. Com que regularidade tem formação em defesa pessoal? \*

- ☐ Diariamente
- ☐ Semanalmente
- ☐ Mensalmente
- ☐ Nunca

### 3.3. Quão importante considera a formação inicial em defesa pessoal? \*

CFG e CFS.

- ☐ Extremamente importante
- ☐ Importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Sem importância

### 3.4. Quão importante considera a formação contínua em defesa pessoal? \*

- ☐ Extremamente importante
- ☐ Importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Sem importância

## 4. Necessidade de formação em defesa pessoal

### 4.1. Durante a sua carreira, alguma vez teve necessidade de atuar no âmbito da defesa pessoal? \*

- ☐ Sim
- ☐ Não

### 4.2. Quão seguro se sente se tiver de atuar no âmbito da defesa pessoal? \*

Sem recurso a armas de fogo.

- ☐ Extremamente seguro
- ☐ Suficientemente seguro
- ☐ Pouco seguro

☐ Nada seguro

4.3. Considera que os CFG e CFS deveriam ser aperfeiçoados em termos da defesa pessoal? \*

☐ Sim

☐ Não

4.4. Considera benéfico um aumento de formação contínua em defesa pessoal? \*

☐ Sim

☐ Não

Enviar

100%: terminou.

---

Com tecnologia

Este formulário foi criado dentro de Webmail da Academia Militar.

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Termos adicionais](#)



## **Apêndice C – Entrevista ao Núcleo de Educação Física e Desportos**



### **ACADEMIA MILITAR**

## **A defesa pessoal como forma de potenciar a autoconfiança dos militares da GNR**

### **Entrevista ao Núcleo de Educação Física e Desportos – Escola da Guarda**

#### **Aspirante GNR - Infantaria Helder Gomes Ferreira**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria António Ramos**

**Coorientador: Capitão de Infantaria Carlos Covelo**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, janeiro de 2015**

**1. Com que regularidade existem cursos de formação em defesa pessoal? E cursos de atualização?**

**R:** Desde 2008 que na Escola da Guarda não há qualquer curso de formação nem de atualização. No entanto estão agendados, ainda à espera de decisão, para este ano letivo 8 cursos exceto nos meses de julho e agosto.

**2. Considera suficiente a formação ministrada pela Escola da Guarda aos militares da GNR?**

**R:** Não, de maneira nenhuma.

**3. Qual é a situação atual dos formadores em defesa pessoal da GNR?**

**R:** Todos os formadores da Escola da Guarda têm formação em algum tipo de arte marcial e exercem até funções de treinador no exterior da Guarda. Apesar disso, esses formadores não têm qualquer tipo de curso de formador em defesa pessoal através da GNR.

**4. Existe algum projeto que tenha em vista a uniformização e permanente atualização da formação deste âmbito?**

**R:** Existe uma proposta nesse âmbito com o objetivo de haver uniformização e continuidade da formação, abrangendo todo o dispositivo territorial da GNR, a qual ainda está sob processo de decisão.

**5. Quais são as principais preocupações do Núcleo de Educação Física e Desportos no que concerne à defesa pessoal na GNR?**

**R:** Para além de conseguir abranger todo o dispositivo territorial, também a questão de melhorar de tal forma a formação em defesa pessoal que os nossos militares tenham um equilíbrio a nível técnico e físico contribuindo assim para um melhor desempenho de funções.

**6. Existe alguma situação em que se recorra a entidades exteriores à GNR para ministrar este tipo de formação?**

**R:** Não, nunca. Existiram algumas demonstrações de artes marciais por parte de várias entidades, na tentativa de “vender o seu produto”, no entanto o ideal para os nossos militares não passa por aprender uma arte marcial, o que leva muitos anos, mas sim,

aproveitando o já existente Manual de Defesa Pessoal da Escola da Guarda, aprender um conjunto de técnicas essenciais e eficazes para o seu dia a dia. Para que isto aconteça é necessário um consenso a nível de perspetivas, para que quem tem o poder de decidir o possa fazer da melhor forma.

**7. Considera de alguma forma vantajoso esse tipo de recurso exterior?**

**R:** Não, considero que não. A Guarda já tem muita gente que pratica artes marciais, se aproveitarmos todo o conhecimento já existente neste âmbito para ser canalizado para as necessidades da GNR, provavelmente tiramos muito mais vantagens do que recebendo uma entidade exterior que imponha o seu estilo e que não tem a perceção da necessidade do patrulheiro, nem da legislação a que o mesmo está sujeito na sua atuação.

**Gratos pela sua disponibilidade e colaboração**

Autor: Aspirante de GNR Inf. Helder Gomes Ferreira

Orientador: Major de GNR Inf. António Manuel da Silva Ramos

Coorientador: Capitão de GNR Inf. Carlos Manuel Afonso Covelo

**Apêndice D – Entrevista ao Comandante da 1ª COE – Grupo de Intervenção de Operações Especiais**



**ACADEMIA MILITAR**

**A defesa pessoal como forma de potenciar a autoconfiança dos militares da GNR**

**Entrevista ao Comandante da 1ª Companhia de Operações Especiais – Grupo de Intervenção de Operações Especiais**

**Aspirante GNR - Infantaria Helder Gomes Ferreira**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria António Ramos  
Coorientador: Capitão de Infantaria Carlos Covelo**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
Lisboa, junho de 2015**

**1. Quais são as especificidades da formação em defesa pessoal no Grupo de Intervenção de Operações Especiais, no que concerne ao tipo de formação ministrada e à frequência?**

**R:** A formação e treino de luta no GIOE é algo diversificada pois existe a formação e treino dos elementos operacionais de Operações Especiais e dos elementos da Secção de Investigação Criminal (SIC). Enquanto que os elementos da Companhia de Operações Especiais têm formação e treinam um vasto leque de competências, o treino da SIC é mais direcionado para a sua proteção e defesa.

Como base é utilizado o Krav Maga, mas outras modalidades como o KickBoxe, Jiu Jitsu, Boxe, Systema e Pancratis, são combinados para ir de encontro às várias necessidades que decorrem das várias missões desempenhadas pelos operacionais desta Subunidade. Dispomos ainda de um manual compilado por elementos da Subunidade, onde está plasmada a doutrina base e as técnicas base a ministrar nos cursos de formação e que orientam o treino operacional.

**2. Quem é que dá a formação e orienta os treinos de defesa pessoal aos militares do GIOE?**

**R:** Militares da própria Subunidade que estão habilitados com cursos de instrutor nas várias modalidades, ou que possuam larga experiência na prática de modalidades de desportos de combate e que demonstrem aptidão para ministrar instrução. Os instrutores são sempre elementos com experiência operacional o que lhes confere uma especial sensibilidade no que diz respeito às exigências e necessidades do serviço.

**3. Existe apoio de entidades externas à GNR para dar este tipo de formação ao GIOE?**

**R:** Existe um Mestre de Boxe que periodicamente orienta o treino dos operacionais na modalidade de Boxe. O Mestre em questão é o Sr. Juvenal de Oliveira que é o pugilista com mais títulos em Portugal e com mais títulos como treinador.

Pontualmente acontecem seminários que visam técnicas específicas, estas formações podem ter como alvo todos os operacionais da Subunidade ou apenas os instrutores, dependendo da sua pertinência e público-alvo.

**4. Existe algum tipo de cooperação entre o GIOE e a Escola da Guarda em relação à defesa pessoal?**

**R:** Não.

**5. Se pudesse fazer alguma alteração na formação contínua em defesa pessoal do GIOE o que seria?**

**R:** Conseguir uma infraestrutura de treino exclusiva do GIOE, com todas as condições para a prática das modalidades, conseguir equipamentos e outros materiais adquiridos pela GNR para a prática das modalidades.

**6. Tendo em conta o tempo que exerce funções no GIOE, como classifica a evolução da formação em defesa pessoal nesta subunidade?**

**R:** Considero ter evoluído de forma muito positiva, sobretudo no que toca à organização da mesma em horário e à criação de um manual onde estão plasmadas as técnicas basilares.

Por outro lado, parece-me ter tido uma evolução negativa, em relação ao que seria expectável, no que toca ao número de treinos semanais que por várias vezes tem que ser cancelados por causa do empenhamento operacional da Subunidades ou por falta de infraestruturas.

Quanto às infraestruturas de treino e equipamentos considero ter estagnado, sendo que existem mais equipamentos a custo dos próprios militares.

**7. A nível geral, como pensa que se pode melhorar a formação inicial em defesa pessoal?**

**R:** Talvez se se criasse um grupo de trabalho em que estivessem representados o Comando Operacional, Escola da Guarda, Grupo de Intervenção de Operações Especiais e Grupo de Intervenção de Ordem Pública se pudesse evoluir bastante no que concerne à formação inicial em defesa pessoal.

**Gratos pela sua disponibilidade e colaboração**

Autor: Aspirante de GNR Inf. Helder Gomes Ferreira

Orientador: Tenente-Coronel de GNR Inf. António Manuel da Silva Ramos

Coorientador: Capitão de GNR Inf. Carlos Manuel Afonso Covelo

## Apêndice E – Militares da COE e do DTer de Sintra

Tabela 1 - Número de militares da 1ª COE e do DTer de Sintra

COE		DTer de Sintra	
<b>Guardas</b>	50	<b>Guardas</b>	178
<b>Sargentos</b>	5	<b>Sargentos</b>	10
<b>Total</b>	55	<b>Total</b>	188
<b>TOTAL de Militares: 243</b>			

## **ANEXOS**



## Anexo A - Plano Curricular do Curso de Formação de Guardas 2014/2015

### Plano Curricular do CFG 2014 - ARMAS

Bloco I - Formação Geral Militar (BI-FGM)					
Módulo	Coef	Unidades Curriculares	Coef	Tempos Letivos	Total
Formação Geral Militar	1	Armamento	1	1 2	87
		Ordem Unida	1	1 9	
		Cidadania e Condição Militar	1	1 0	
		Topografia	1	1 6	
		Técnica Individual de Combate	1	1 4	
		Treino Físico Militar	1	1 6	
Soma (1)					87
Incorporação				1 4	63
Exercícios de Campo e Avaliação				4 2	
Atividades Complementares				7	
Soma (2)					63
SubTotal (1) = Soma (1)					150

Bloco II - Formação Escolar (BII-FE)					
Módulo	Coef	Unidades Curriculares	Coef	Tempos Letivos	Total
Jurídico	2	Noções Gerais de Direito	1	1	105
		Direitos Fundamentais	1	1	
		Direito Penal	2	3	
		Direito Processual Penal	2	3 0	
		Direito Fiscal e Aduaneiro	1	1	
Técnico-Profissional	3	Legislação Policial	3	9	380
		Legislação e Segurança Rodoviária	2	6	
		Tática das Forças de Segurança	2	4	
		Investigação Criminal	1	3	
		Armamento e Tiro	2	6	
		Informações	1	1	
		Organização e Funcionamento da GNR	1	2	
		Módulos Interdisciplinares	2	6	
Sócio-Comportamental	2	Comunicação e Atendimento	1	2	55
		Interpretação e Redação	1	2	
		Ética e Deontologia Profissional	1	1	
Geral	1	Comunicações e Sistemas de Informação	1	3	85
		Saúde e Socorrismo	-	1	
		Inglês	1	2	
		Informática	1	2	

Aptidão Física e Ordem Unida	1	Educação Física e Desportos	1	4	85
		Luta e Defesa Pessoal	1	2	
		Ordem Unida	-	2 0	
Atividades Complementares		Curso de Adaptação de Condução Cat A+B		4 0	40
		Palestras/Conferências/Seminários			
		Visitas de Estudo			
		DDI			
Soma (3)					750
SubTotal (2)=Soma (3)					750
TOTAL = SubTotal (1) +					900

**Anexo B - Plano Curricular do 36º Curso de Formação de Sargentos**

COMPONENTE FORMATIVA COMUM (CFCo)									
MÓDULO DE FORMAÇÃO MILITAR E POLICIAL									
UNIDADE CURRICULAR	ARMAS		SERVIÇOS						
	INF. TE	CAV. TE	AMIL TE	MED. TE	VET. TE	FARM. TE	EXP. MAN. TE	MÚS. TE	(A)(B) TE
ÉTICA MILITAR E COMANDO	18	18	18	18	18	18	18	18	18
ORDEM UNIDA	54	54	18	18	18	18	18	18	18
LEGISLAÇÃO MILITAR	18	18	18	18	18	18	18	18	18
TÁTICA DAS F ORÇAS DE SEGURANÇA I	36	36	36	36	36	36	36	36	36
LEGISLAÇÃO POLICIAL I	36	36	--	--	--	--	--	--	--
LEGISLAÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA I	36	36	--	--	--	--	--	--	--
LEGISLAÇÃO POLICIAL E RODOVIÁRIA	--	--	18	18	18	18	18	18	18
MÉTODOS DE INSTRUÇÃO	18	18	18	18	18	18	18	18	18
SUBTOTAL (1)	216	216	126	126	126	126	126	126	126
MÓDULO DE FORMAÇÃO JURÍDICA									
UNIDADE CURRICULAR	ARMAS		SERVIÇOS						
	INF. TE	CAV. TE	AMIL TE	MED. TE	VET. TE	FARM. TE	EXP. MAN. TE	MÚS. TE	(A)(B) TE
DIREITO DISCIPLINAR	18	18	18	18	18	18	18	18	18
NOÇÕES DE DIREITO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	36	36	36	36	36	36	36	36	36
DIREITO ADMINISTRATIVO	18	18	18	18	18	18	18	18	18
DIREITO PENAL	36	36	--	--	--	--	--	--	--
DIREITO PROCESSUAL PENAL	54	54	--	--	--	--	--	--	--
DIREITO PENAL E ROCESSUAL PENAL	--	--	18	18	18	18	18	18	18
SUBTOTAL (2)	162	162	90	90	90	90	90	90	90
MÓDULO DE FORMAÇÃO GERAL									
UNIDADE CURRICULAR	ARMAS		SERVIÇOS						
	INF. TE	CAV. TE	AMIL TE	MED. TE	VET. TE	FARM. TE	EXP. MAN. TE	MÚS. TE	(A)(B) TE
COMUNICAÇÕES E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	36	36	36	36	36	36	--	36	36
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS INTERNOS	54	54	--	54	54	54	54	54	54
INFORMÁTICA I	18	18	18	18	18	18	18	18	18
COMUNICAÇÃO E ATENDIMENTO	18	18	18	18	18	18	18	18	18
GESTÃO DE CONFLITOS	18	18	18	18	18	18	18	18	18
INGLÊS I	36	36	36	36	36	36	36	36	36
SUBTOTAL (3)	180	180	126	180	180	180	144	180	180
MÓDULO DE FORMAÇÃO DE APTIDÃO FÍSICA E TIRO									
UNIDADE CURRICULAR	ARMAS		SERVIÇOS						
	INF. TE	CAV. TE	AMIL TE	MED. TE	VET. TE	FARM. TE	EXP. MAN. TE	MÚS. TE	(A)(B) TE
ARMAMENTO E TIRO	54	54	18	18	18	18	18	18	18
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	90	90	90	54	54	54	90	54	54
LUTA E DEFESA PESSOAL	54	54	54	36	36	36	54	36	36
SUBTOTAL (4)	198	198	162	108	108	108	162	108	108
TOTAL DE TEMPO ESCOLAR (TE) DA CFCo (1)+(2)+(3)+(4)	756	756	504	504	504	504	522	504	504